



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS

RELATÓRIO E CONTAS 2019



Órgãos Sociais
Eleitos para o triénio 2018-2020

Assembleia Geral

Presidente	António Pedro de Sá Alves Sameiro
Vice-Presidente	Luís Filipe Rodrigues
Secretário	Instituto Nacional de Segurança Social representado por: Luís João Mandlate

Conselho de Administração

Presidente	G.C.P. – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais, S.A. representada por: Lucas Fazine Chachine
Vice - Presidente	Lusitania, Companhia de Seguros, SA representada por: Fernando Dias Nogueira
Vogal	Bento Nuno de Mira Serrano

Conselho Fiscal

Presidente	Teodoro de Andrade Waty
Vogal	Visabeira, SGPS representada por: Pedro André Silva de Sousa
Vogal	Instituto Nacional de Segurança Social representado por: Cláudio João
Vogal suplente	Henrique Álvaro Cepeda Gamito Júnior



Comissão de Vencimentos

Presidente	Montepio Geral – Associação Mutualista representado por: António Pedro de Sá Alves Sameiro
Vogal	GCP – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais, S.A representada por: Luís Filipe Rodrigues
Vogal	Instituto Nacional de Segurança Social

Índice



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Índice

1. Conjuntura macroeconómica.....	7
1.1. Economia Internacional.....	7
1.2. Economia de Moçambique.....	8
2. O Mercado Segurador em Moçambique.....	10
3. A Moçambique, Companhia de Seguros, S.A.....	15
3.1. Expansão e Desenvolvimento	15
3.2. Recursos Humanos.....	16
3.3. Sistemas de Informação	17
3.4. Marketing e Imagem Institucional	18
3.5. Análise da Actividade.....	18
3.5.1. Produção.....	18
3.5.2. Sinistros	20
3.5.3. Custos de Exploração.....	22
3.5.4. Custos por Natureza	22
3.5.5. Resseguro Cedido	24
3.5.6. Gestão de Investimentos	24
3.5.7. Situação Financeira	25
4. Perspectivas para 2020.....	26
5. Proposta de Aplicação de Resultados	28
6. Notas Finais	28
Demonstrações Financeiras.....	30
Notas às Demonstrações Financeiras	37
Anexos.....	87
Parecer do Conselho Fiscal	89

Relatório do Conselho de Administração



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS

Relatório e Contas 2019

Exmos. Senhores Accionistas,

No cumprimento da Lei e dos Estatutos, submetemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas da Moçambique, Companhia de Seguros, S.A., relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019.

1. Conjuntura Macroeconómica

1.1. Economia Internacional

De acordo com o relatório do Banco Mundial (Perspectivas Económicas Globais), em 2019, o crescimento económico global situou-se nos 2,4%, enfraquecido pela tensão comercial e geopolítica entre as duas maiores potências económicas mundiais (EUA e China) e com a quebra do comércio e dos investimentos.

Adicionalmente, as condições climatéricas menos favoráveis, como secas e furacões, nalgumas regiões do globo, limitaram a expansão da produção.

Na região da Ásia Oriental e do Pacífico, o crescimento económico foi de 5,8%, devido ao ajustamento das condições financeiras e fiscais, bem como às políticas seguidas que permitiram mitigar o persistente impacto das tensões comerciais. Apesar da desaceleração, esta região continua a ser aquela que apresenta um maior e mais rápido crescimento.

Na Europa, registou-se uma desaceleração económica para cerca de 2%, reflectindo uma forte quebra na actividade económica na Turquia, por força do acentuado *stress* do mercado financeiro, assim como na Rússia, devido à fraca procura interna e aos cortes na produção de petróleo. A região também permaneceu vulnerável aos preços das *commodities* e do mercado financeiro.



No que se refere à América Latina e Caraíbas, o crescimento económico desacelerou acentuadamente, em 2019, para 0,8%. As três maiores economias da região, Brasil, México e Argentina, cresceram menos do que o projectado.

No caso da África Subsariana, o crescimento económico foi de 2,4%, abaixo do esperado para 2019. A actividade económica reduziu devido ao abrandamento da procura externa, aumento da incerteza das políticas globais e queda dos preços das *commodities*. As fragilidades domésticas, em vários países da região, restringiram ainda mais a actividade.

Em Angola, na Nigéria e na África do Sul, as três maiores economias da África Subsariana, o crescimento foi moderado, permanecendo bem abaixo da média do crescimento da região.

O fraco crescimento em Moçambique, que tem estado nessa trajectória desde 2016, resultou, em grande parte, da devastação causada pela passagem dos ciclones e do conflito armado na região centro e no norte do país que, conseqüentemente, reduziu a produção do carvão.

Com o aumento da incerteza em torno da conjuntura económica, as empresas adoptaram uma postura mais cautelosa em relação aos gastos de longo prazo e as compras mundiais de máquinas e equipamentos desaceleraram. A procura interna das famílias por bens duráveis, também diminuiu, embora tenha havido uma recuperação no segundo trimestre de 2019. Os bancos centrais reagiram de forma agressiva ao enfraquecimento da actividade e, ao longo do ano, a Reserva Federal dos Estados Unidos (FED), o Banco Central Europeu (BCE) e os bancos centrais de importantes economias emergentes cortaram as taxas de juro. De referir, ainda, a retoma de compra de activos, por parte do BCE.

Estas políticas evitaram uma desaceleração mais grave e os cortes nas taxas de juro, criando condições financeiras mais favoráveis impulsionaram as compras de serviços e bens não duráveis, incentivando a criação de emprego. Por sua vez, a escassez de oferta no mercado de trabalho e o aumento gradual dos salários reforçaram a confiança dos consumidores.

1.2. Economia de Moçambique

Embora as condições económicas tenham melhorado, Moçambique continua numa trajectória de crescimento moderado após o choque de preços das *commodities* em 2015 e a crise das dívidas ocultas de 2016. O impacto devastador dos ciclones tropicais Idai e Kenneth na produção



agrícola e na queda dos preços das *commodities* agravou as perspectivas de crescimento para 2019. O crescimento real do produto interno bruto (PIB) é estimado em 1,9%, abaixo da média de 3,7% registada entre 2016 e 2018, sendo o menor crescimento registado desde 2000, ano em que Moçambique sofreu inundações devastadoras no sul do país.

Os principais desafios do país passam por manter a estabilidade macroeconómica, considerando a exposição às flutuações dos preços das *commodities* e restabelecer a confiança por meio de uma melhor governação económica e maior transparência, incluindo a investigação das dívidas ocultas.

Outro grande desafio para a economia moçambicana é diversificar o foco actual em projectos de capital intensivo e agricultura de subsistência de baixa produtividade, em direcção a uma economia mais diversificada e competitiva, ao mesmo tempo que se reforça os principais factores de inclusão, como a melhoria da educação e o acesso a cuidados de saúde, entre outros.

Prevê-se que o crescimento económico recupere, a partir de 2020, já que os esforços de reabilitação e a redução contínua das taxas de juro proporcionam um estímulo adicional à economia.

A inflação reduziu para 3,4%, em 2019, 0,5 pp. abaixo do valor registado em 2018 (3,9%). A estabilidade da taxa de câmbio e dos preços dos alimentos, bem como o aperto monetário, sustentaram a baixa inflação. O Banco de Moçambique reduziu a taxa de juro de referência em mais de 1.000 pontos base, desde que atingiu o seu pico de 23,25%, em 2016. O défice fiscal permaneceu moderadamente alto, em 6,4%.

As maiores importações, impulsionadas principalmente pelos grandes projectos de investimento em bens e serviços de capital, impulsionaram o défice registado. As reservas internacionais caíram para 3,2 mil milhões de dólares americanos (USD), em 2019.

As projecções para o médio prazo, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), continuam a indicar uma inflação baixa, não obstante o recente aumento de preços.

A dívida pública interna diminuiu ligeiramente, de 140.610 para 140.073 milhões de meticais, reflectindo a amortização de Obrigações do Tesouro em cerca de 537 milhões de meticais.



2. O Mercado Segurador em Moçambique

De acordo com os dados publicados no Relatório do ISSM - Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, referentes a 31 de Dezembro de 2018, a produção global das empresas de seguros apresentou em 2018 um ligeiro crescimento na ordem de 1% (2017: 22,7%), uma redução de cerca de 21,7 pontos percentuais, comparativamente ao ano de 2017, influenciado pela conjuntura económica que o país tem atravessado, com impacto no sector segurador.

O baixo crescimento da produção foi fortemente determinado pelo desempenho dos ramos Não Vida, com uma redução de 0,2% nos prémios, tendo o ramo Vida crescido cerca de 10,4%, relativamente a igual período de 2017.

No ano de 2018, o mercado segurador registou a entrada de mais um operador, passando para um total de 21 seguradoras (2017: 20). Mais de metade dos operadores exploram, exclusivamente, os ramos Não Vida.

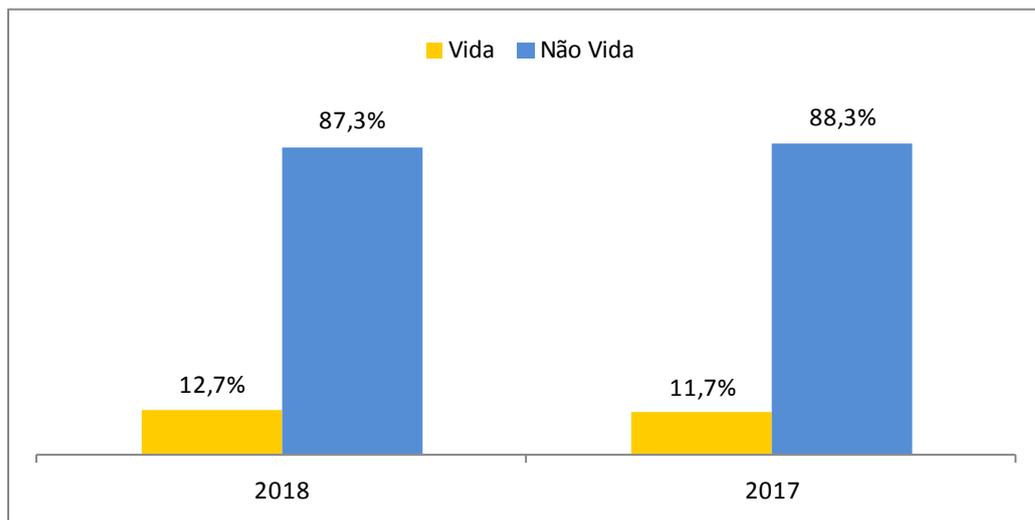
Do lado do resseguro, manteve-se o único operador de direito moçambicano - a MOZRE, Moçambique Resseguros, S.A. - de capitais moçambicanos e zimbabueanos.

Em termos globais, a produção de seguro directo totalizou 13.158,9 milhões de meticais de Prémios Brutos Emitidos (PBE), em 2018, contra 13.023,4 milhões de meticais, em 2017. A tabela que se segue mostra a evolução da produção, do número de operadores e das taxas de crescimento nos ramos Vida e Não Vida entre 2014 e 2018:

	2018	2017	2016	2015	2014
Nº de empresas de seguros	21	20	19	18	17
Não Vida	13	12	11	10	9
Vida	4	4	4	4	4
Mistos	4	4	4	4	4
Valor da Produção	13.158,9	13.023,4	10.616,8	9.373,9	8.514,4
Não Vida	11.482,7	11.504,7	8.784,1	7.681,9	7.281,1
Vida	1.676,2	1.518,7	1.832,7	1.692,0	1.233,3
Taxas de Crescimento	1,0%	22,7%	-18,5%	-28,8%	20,4%
Não Vida	-0,2%	31,0%	-23,6%	-33,1%	18,8%
Vida	10,4%	-17,1%	20,7%	0,9%	31,0%



Apesar do ligeiro decréscimo, os seguros dos ramos Não Vida continuam a ter um peso dominante no mercado moçambicano, representando 87,3% (menos um ponto percentual do que em 2017). Por seu turno, o ramo Vida passou de 11,7% de quota em 2017 para 12,7% em 2018, conforme demonstrado no gráfico seguinte:



Fonte: Relatório Anual sobre Actividade Seguradora em 2018

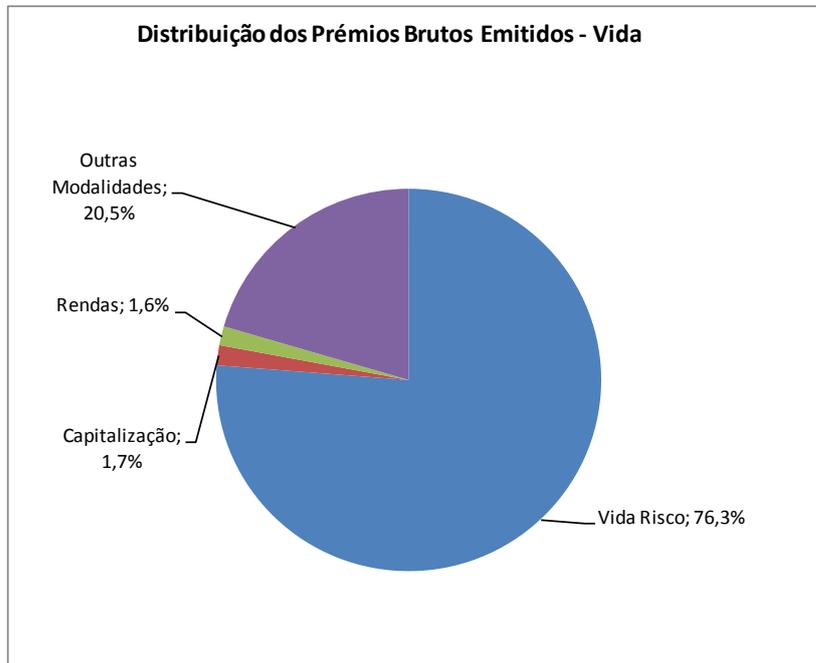
O volume de produção do segmento Vida apresentou um crescimento de 10,4% atingindo o montante de 1.676,2 milhões de meticais, mais 157,5 milhões, face ao período homólogo. A modalidade Vida Risco detém a maior quota da carteira deste segmento, com 76,3%, tendo-se registado a menor quota na modalidade Rendas.

O decréscimo da produção dos ramos Não Vida, em 2018, foi influenciado pelo desempenho negativo dos ramos Incêndio e Elementos da Natureza e Automóvel, que apresentaram variações negativas de 19,5% e 3,2%, respectivamente.

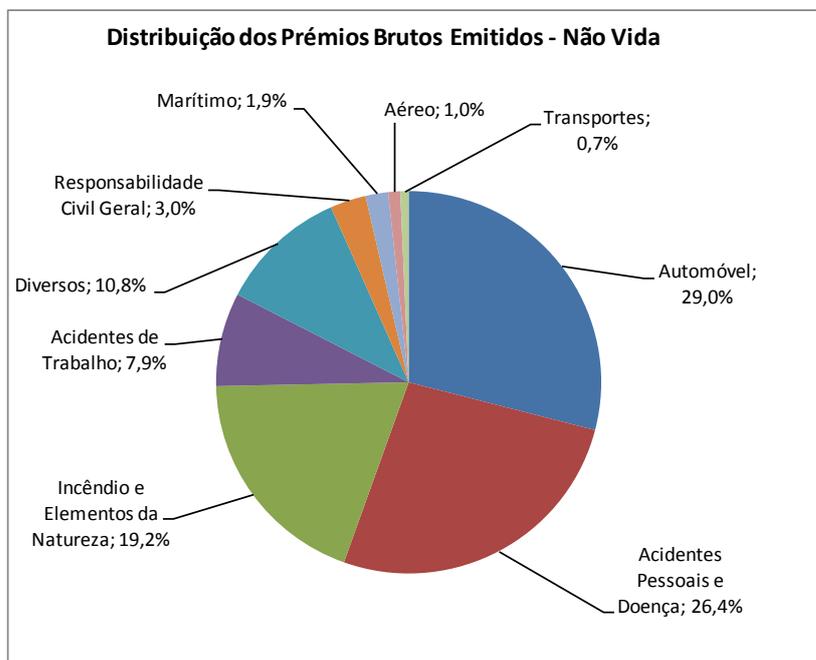
O ramo Automóvel é o mais expressivo, com 29% de quota de mercado, seguido dos ramos Acidentes Pessoais e Doença e Incêndio e Elementos da Natureza, com 26,4% e 19,2%, respectivamente.



A seguir é apresentada a ilustração gráfica da distribuição dos PBE de Vida e Não Vida em 2018:



Fonte: Relatório Anual sobre a Actividade Seguradora em 2018 – ISSM



Fonte: Relatório Anual sobre Actividade Seguradora em 2018 - ISSM



Em 2018, o posicionamento das cinco maiores seguradoras do sector manteve-se inalterado, comparativamente ao cenário verificado em 2017, realçando-se a ascensão das seguradoras Fidelidade e Sanlam para o conjunto das dez primeiras empresas, que no seu conjunto detêm 91,7% (2017: 89,3%) de quota de mercado.

A Emose lidera o mercado, com 22%, seguida das seguradoras Hollard e SIM, com 15,6% e 12,5%, respectivamente. A quota de mercado da MCS reduziu 0,4 pontos percentuais, entre 2017 e 2018, passando o seu posicionamento do oitavo para o décimo lugar no ranking, com uma quota de mercado de 3,2%. Nos ramos Não Vida a Companhia ocupa a nona posição, com uma quota de mercado de 3,6%. A descida da posição da Companhia resultou do decréscimo dos prémios de Saúde e da constituição da Mediplus como seguradora.

O quadro que se segue mostra o posicionamento de cada Companhia em 2018 e 2017:

Posicionamento		Empresas de Seguros		Quota de Mercado Global	
2018	2017	Denominação	Natureza	2018	2017
1º	1º	Emose	Mista	22,0%	22,9%
2º	2º	Hollard	Não Vida	15,6%	16,0%
3º	3º	SIM	Mista	12,5%	13,7%
4º	4º	Global Alliance	Mista	11,1%	11,8%
5º	5º	ICE	Não Vida	9,6%	10,3%
Cinco primeiras empresas				70,8%	74,4%
6º	6º	Índico	Não Vida	6,1%	4,1%
7º	7º	Mediplus	Não Vida	5,1%	3,9%
8º	11º	Fidelidade	Não Vida	3,4%	1,5%
9º	12º	Sanlam	Vida	3,2%	1,5%
10º	8º	MCS	Mista	3,2%	3,6%
Dez primeiras empresas				91,7%	89,3%

Fonte: Relatório Anual sobre a Actividade Seguradora em 2018 - ISSM

Em 2018, a taxa de sinistralidade do ramo Vida foi de 34,7%, apresentando uma redução de 9,3 pontos percentuais comparativamente ao mesmo período de 2017 (44%), enquanto a taxa de sinistralidade dos ramos Não Vida situou-se nos 49,8%, representando uma redução de 2,4 pontos percentuais em relação a 2017 (52,2%). O ramo Acidentes Pessoais e Doença apresentou a taxa de sinistralidade mais alta, com 69,6%, enquanto a mais baixa foi a do ramo aéreo com 6,4%.



As tabelas que se seguem mostram as taxas de sinistralidade, em 2018 e 2017, por ramo:

Ramo Vida

milhões de meticais

	Custos Com Sinistros	Prémios Adquiridos	Vida Risco	
			2018	2017
Total	474,5	1.368,7	34,7%	44,0%

Fonte: Relatório Anual sobre a Actividade Seguradora em 2018 – ISSM

Ramos Não Vida

milhões de meticais

	Custos Com Sinistros	Prémios Adquiridos	Índice de Sinistralidade	
			2018	2017
Acidentes de Trabalho	476,7	840,7	56,7%	67,0%
Acidentes Pessoais e Doença	947,0	1.360,1	69,6%	57,1%
Incêndio e Elementos da Natureza	72,0	314,1	22,9%	49,3%
Automóvel	1.425,0	3.180,4	44,8%	51,0%
Marítimo	6,3	36,4	17,2%	11,7%
Aéreo	1,3	20,5	6,4%	2,0%
Transportes	27,4	60,6	45,2%	60,8%
Responsabilidade Civil Geral	76,4	121,4	63,0%	49,8%
Diversos	117,7	388,2	30,3%	25,3%
Total	3.149,8	6.322,3	49,8%	52,2%

Fonte: Relatório Anual sobre a Actividade Seguradora em 2018 – ISSM



3. A Moçambique, Companhia de Seguros, S.A.

3.1. Expansão e Desenvolvimento

Em 2019, a MCS concentrou os seus esforços no desenvolvimento de novos instrumentos de distribuição, na melhoria de sistemas e plataformas informáticas e no reforço dos canais de corretores e bancário.

No âmbito da implementação de novos projectos, que permitam incrementar a produção da Companhia, destaca-se o Projecto de Distribuição Electrónica, em parceria com a “Recarga Aki”, o qual arrancou em Setembro de 2019. Este projecto visa a comercialização do seguro de Responsabilidade Civil Automóvel, por via de uma plataforma de distribuição electrónica, permitindo cobrir todo o território nacional, com significativos ganhos de eficiência, em termos de carga administrativa, com a garantia de uma taxa de cobrança de 100% e integração automática das apólices no sistema informático da Companhia.

O referido projecto será alavancado por campanhas de activação e de *merchandising* de suporte à dinamização do processo de venda, contribuindo também para a divulgação da imagem institucional da MCS, aumentando a sua notoriedade.

Ainda no âmbito dos novos projectos de distribuição lançados em 2019, a MCS desenvolveu programas de *afinities* implementados em articulação com alguns dos seus maiores clientes, direccionado aos seus colaboradores e respectivas famílias.

Ao nível do lançamento de novos produtos, o ramo Acidentes Pessoais e Doença contribuiu expressivamente para a diversificação do portfólio da MCS, com destaque para novos produtos de Viagem e Saúde, lançados em 2019, contando com a importante participação de novos parceiros de suporte à distribuição, prevendo-se, assim, um crescimento substancial destas linhas de negócio, em 2020. Estas parcerias permitirão, ainda, promover a venda cruzada no ramo Vida e nos produtos de Despesas de Funeral e Acidentes Pessoais.

No que se refere ao canal de corretores, tem sido promovido um trabalho intenso na reestruturação e dinamização do mesmo, quer no âmbito do desenvolvimento de novas parcerias, quer na segmentação das redes, com a definição de parceiros “preferenciais”, de modo a melhorar a qualidade da assistência e a produtividade do canal, conforme atestam os resultados de 2019.



Foram ainda desenvolvidas várias iniciativas no sentido de dinamizar o canal bancário, o que tem resultado num crescimento regular, mas cuja expressão se pretende aumentar, estando em curso a negociação com novos parceiros de protocolos comerciais para a venda dos produtos da MCS:

- **Retalho** - particulares, micro e pequenas empresas - seguros de afinidade (protecção ao crédito, multiriscos habitação e comerciante, automóvel com a cobertura de danos próprios associado ao leasing) e cross-selling – auto, saúde, multiriscos e outros;
- **Corporate** (médias e grandes empresas) - acções articuladas entre as estruturas do Banco e da MCS – oferta *tailor-made*, de acordo com as necessidades do cliente;
- **Canais Directos** - *co-branding* e venda *on-line*.

3.2. Recursos Humanos

A estrutura organizacional da MCS tem merecido uma atenção constante e regular, quer no âmbito da eficiência organizacional e da formação, quer ao nível da retenção, mobilidade interna e recrutamento de novos colaboradores. Uma adequada estrutura é essencial para operacionalização das linhas de orientação estratégicas, de novas políticas e implementação de processos e projectos.

Em 2019, foram introduzidas melhorias ao nível da estrutura orgânica da Companhia (Direcções, Departamentos e Canais de Distribuição), bem como no funcionamento das equipas multidisciplinares para acompanhamento das actividades *core* e implementação de projectos relevantes, tendo em vista um maior controlo e eficácia nos processos de renovação e de cobrança, melhorando a celeridade e eficiência da subscrição, reduzindo, assim, os tempos de resposta e melhoria da qualidade das cotações apresentadas aos diferentes canais de distribuição e aos clientes directos.

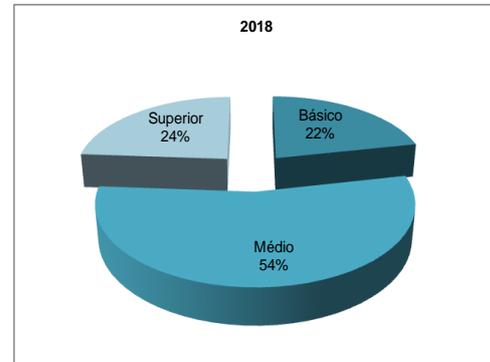
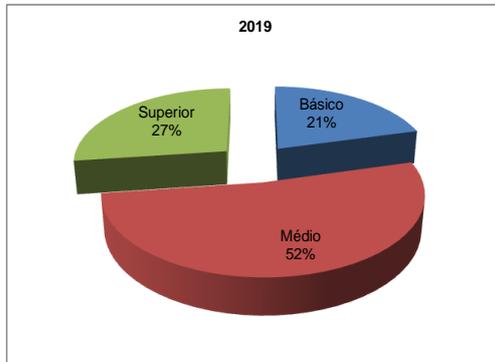
A nível da gestão de recursos humanos manteve-se a orientação de privilegiar a formação e o desenvolvimento das capacidades profissionais dos colaboradores, tendo sido ministradas diversas acções de formação a nível interno e externo nas áreas da subscrição, sinistros e financeira.

Em articulação e com o apoio do seu accionista Lusitania, Companhia de Seguros, a MCS realizou várias acções de formação em contexto de trabalho para chefias de primeira e segunda linha na área comercial e técnica (subscrição, sinistros e resseguro).

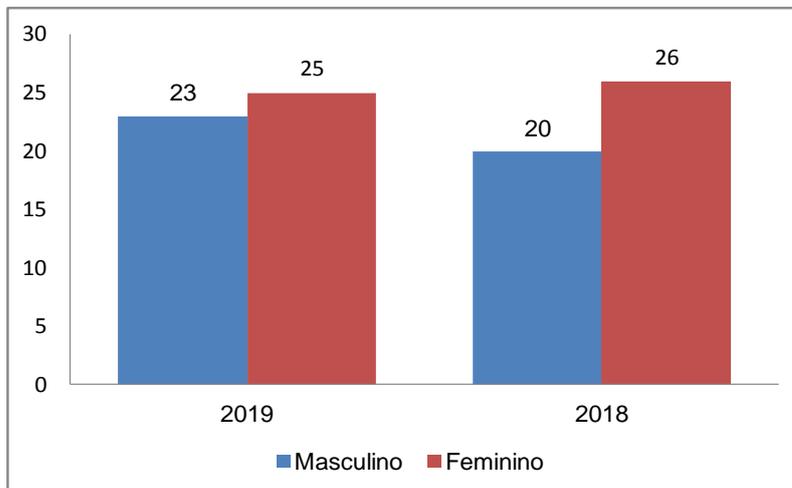


A 31 de Dezembro de 2019, o quadro de pessoal da Companhia apresentava 48 colaboradores, mais 2 do que no exercício anterior, com a seguinte distribuição por nível académico e género:

Distribuição por nível académico



Distribuição por género



3.3. Sistemas de Informação

Em Setembro de 2018, a MCS iniciou a implementação de um novo Sistema Integrado de Gestão de Seguros, tendo o mesmo entrado em produção em Setembro de 2019, ainda que faseadamente, prevendo-se a sua conclusão ao longo de 2020.

Com o novo sistema informático a Companhia fica dotada de um conjunto de ferramentas e automatismos nas áreas da subscrição e gestão de sinistros, complementado com módulos de



workflow e gestão documental, cujo contributo é fundamental no plano da mitigação dos riscos, na melhoria do controlo operacional e na fiabilidade dos dados, permitindo ainda, esta solução, a integração das necessidades tecnológicas da MCS ao nível do negócio, da distribuição e da selecção e gestão do risco, bem como nas áreas de suporte como a contabilidade, o *reporting* e os recursos humanos.

3.4. Marketing e Imagem Institucional

Durante o ano de 2019, realizaram-se diversas acções de marketing, publicidade e *merchandising*, com destaque para a dinamização do seguro Automóvel, nas modalidades de Danos Próprios e Responsabilidade Civil, e para os produtos de Acidentes de Trabalho e Saúde.

Reforçou-se, ainda, a divulgação da imagem institucional da MCS a partir da página disponível no *facebook* e no *website* www.mcs.co.mz.

3.5. Análise da Actividade

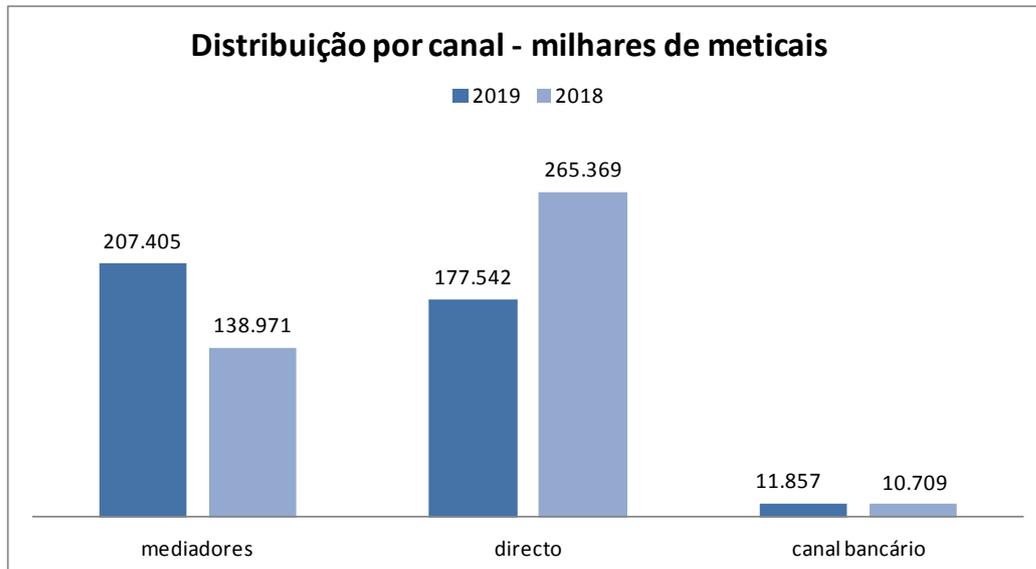
3.5.1. Produção

Os Prémios Brutos Emitidos atingiram, em 2019, o montante de 396.804 milhares de meticais (2018: 415.050 milhares de meticais), o que representa um decréscimo de 4,4%, face a 2018. Esta redução resultou, em parte, do contexto macroeconómico do país, do impacto negativo dos ciclones Idai e Kenneth, mas também do profundo processo de saneamento de carteira realizado em 2019.

A distribuição dos Prémios Brutos Emitidos por canal apresentou, em 2019, uma alteração substancial dos respectivos pesos, face a 2018. Assim, o canal de mediadores passou a ter uma contribuição de 52%, contra os 33% registados no ano transacto, seguido do canal directo com 45% (2018: 64%) e do canal bancário com 3%, mantendo o mesmo peso que tinha em 2018.



O gráfico abaixo ilustra os PBE por canal em 2019 e 2018:



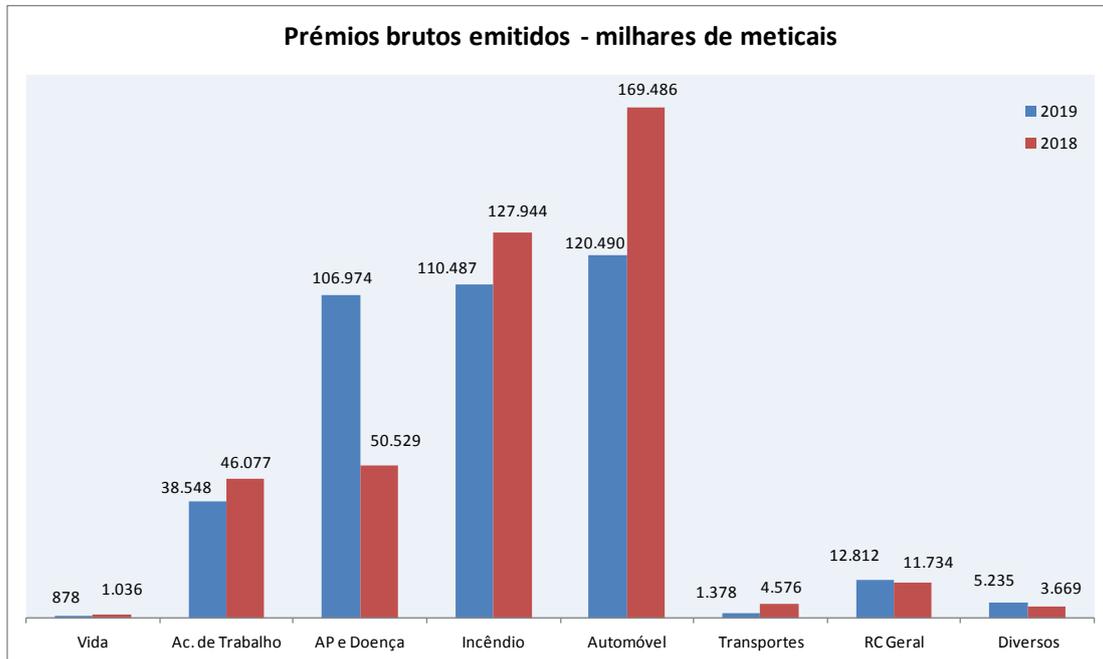
A Companhia continua a manter, na sua carteira de clientes, várias das mais qualificadas empresas e entidades do mercado nacional, das quais se destacam o Grupo Vodacom, Plexus Moçambique, Grupo Visabeira Moçambique, Telecomunicações de Moçambique, Electricidade de Moçambique, Conselho de Estado, Banco Único, Médicos Sem Fronteiras, entre outros.

No ano de 2019, foram emitidas 6.285 novas apólices (2018: 4.899) que representam um crescimento de 28,3%, sendo 3.797 de Automóvel, 1.305 de Acidentes Pessoais e Doença, 416 de Acidentes de Trabalho, 253 de Diversos, 216 de Incêndio, 72 de Vida, 113 de Responsabilidade Civil e o remanescente de Transportes. O prémio médio por apólice em carteira fixou-se em 30,64 milhares de meticais (2018: 22,96 milhares de meticais) - uma variação de 33,4%.

O conjunto dos ramos Automóvel, Acidentes Pessoais e Doença e Incêndio e Elementos da Natureza representam 85,2% dos PBE, com 30,4% (2018: 40,8%), 27% (2018: 12,2%) e 27,8% (2018: 30,8%), respectivamente. De salientar que o ramo Acidentes Pessoais e Doença apresentou um crescimento de 112% face a 2018, com a expressiva contribuição da venda do produto de Saúde.



O gráfico abaixo mostra a evolução dos PBE em 2019 e 2018:



3.5.2. Sinistros

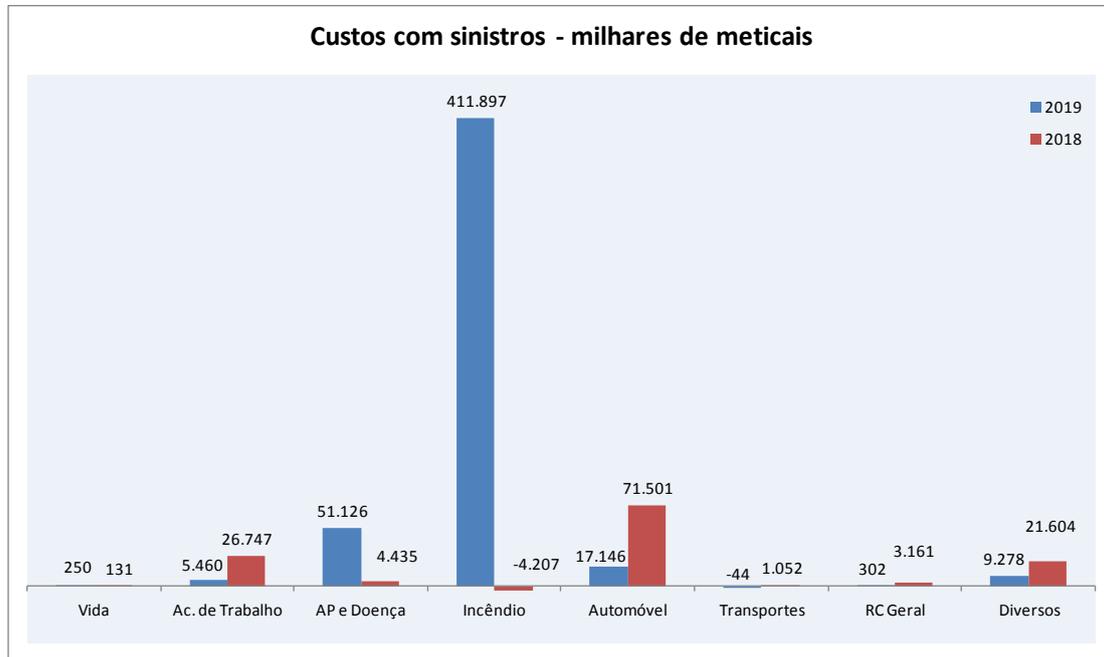
No exercício de 2019, a Companhia registou a participação de 1.705 processos de sinistro (2018: 1.407 processos), dos quais 550 foram já encerrados. No final do exercício, o número de processos de sinistro pendentes era de 881 (2018: 927).

Os custos com sinistros atingiram 495.411 milhares de meticais em 2019 (2018: 124.425 milhares de meticais). Os montantes pagos foram de 588.641 milhares de meticais, com uma variação negativa em provisões de 93.230 milhares de meticais.

As principais variações verificaram-se nos ramos Incêndio e Elementos da Natureza e Automóvel, em resultado dos sinistros dos ciclones Idai e Kenneth ocorridos na região centro e no norte do país, no primeiro trimestre de 2019.



O gráfico abaixo mostra a evolução dos custos com sinistros em 2019 e 2018:



De seguida são apresentados os rácios de sinistralidade de seguro directo em 2019 e 2018:

Rácios de sinistralidade / prémios adquiridos

Ramo	2019	2018
Vida	23,58%	12,37%
Acidentes de Trabalho	15,58%	54,90%
Acidentes Pessoais e Doença	56,63%	5,95%
Incêndio e Elementos da Natureza	456,96%	-2,92%
Automóvel	18,11%	34,44%
Transportes	-4,76%	21,70%
Responsabilidade Civil Geral	3,15%	21,12%
Diversos	196,36%	424,09%
Rácio Global	151,77%	25,70%

O rácio de sinistralidade da Companhia, em 2019, fixou-se em 151,77% dos prémios adquiridos, com destaque para o ramo Incêndio e Elementos da Natureza que apresentou um elevado agravamento, decorrente do impacto dos ciclones Idai e Kenneth.



Analisando as taxas de sinistralidade, líquidas de resseguro, verificamos que à excepção dos ramos Vida e Incêndio e Elementos da Natureza, os restantes ramos apresentaram taxas mais favoráveis, em 2019.

De seguida passamos a apresentar os rácios de sinistralidade, líquidos de resseguro sobre prémios adquiridos em 2019 e 2018:

Rácios de sinistralidade líquidos de resseguro / prémios adquiridos

Ramo	2019	2018
Vida	27,26%	10,79%
Acidentes de Trabalho	-0,25%	40,98%
Acidentes Pessoais e Doença	-37,80%	-7,33%
Incêndio e Elementos da Natureza	615,43%	25,26%
Automóvel	17,26%	34,48%
Transportes	-212,86%	14,85%
Responsabilidade Civil Geral	-10,72%	100,34%
Diversos	-206,56%	195,81%
Rácio Global	23,25%	34,08%

3.5.3. Custos de Exploração

O valor dos custos de exploração, em 2019, foi de 53.385 milhares de meticais, representando uma variação de 13,88%, face a 2018.

O aumento do peso deste rácio sobre os prémios adquiridos (conforme indicado na tabela abaixo) é justificado pela redução do valor dos prémios adquiridos em 2019.

O quadro abaixo, resume o rácio dos custos de exploração por ramo em 2019 e 2018:

Ramo	2019	2018
Vida	12,80%	12,87%
Acidentes de Trabalho	16,06%	11,56%
Acidentes Pessoais e Doença	7,28%	8,82%
Incêndio e Elementos da Natureza	13,94%	8,73%
Automóvel	20,68%	10,25%
Transportes	88,44%	16,69%
Responsabilidade Civil Geral	10,83%	6,92%
Diversos	11,66%	10,81%
Total	14,36%	9,68%



3.5.4. Custos por Natureza

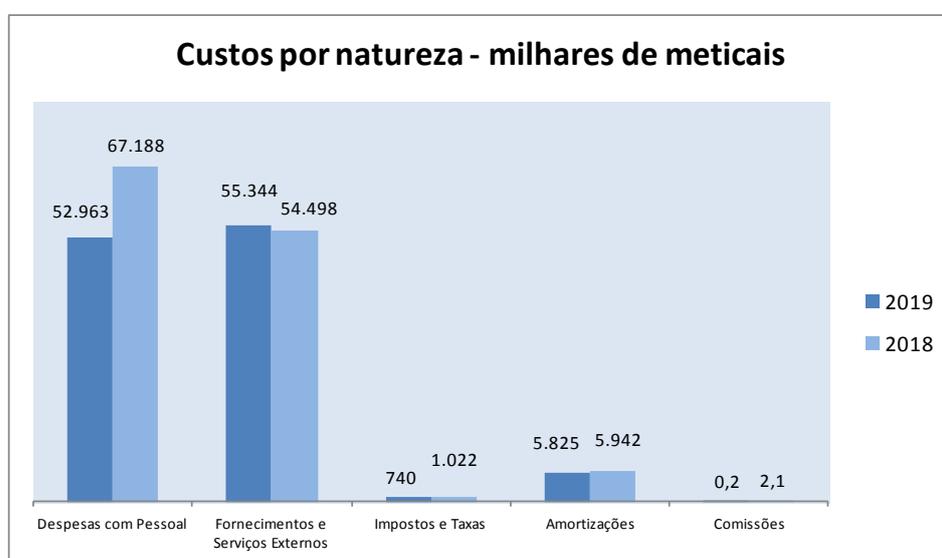
O total dos custos por natureza, em 2019, ascendeu a cerca de 114,87 milhões de meticaís (2018: 128,65 milhões de meticaís). As Despesas com Pessoal, incluindo as remunerações dos Órgãos Sociais, apresentaram uma redução de 21,2%, enquanto os Fornecimentos e Serviços Externos cresceram 1,6%, cerca de 846 mil meticaís.

Os restantes custos representam 5,7% (2018; 5,4%) do total dos Custos por Natureza, com uma variação de -5,8%, face a 2018.

De seguida é explicitada a composição dos custos por natureza em 2019 e 2018:

Designação	2019		2018	
	Valor	%	Valor	%
Custos por Natureza	114.871.929	35,2%	128.651.821	26,6%
Despesas com Pessoal	52.963.024	16,2%	67.187.573	13,9%
Outros Custos	61.908.905	19,0%	61.464.248	12,7%
Fornecimentos e Serviços Externos	55.344.269	17,0%	54.498.442	11,3%
Impostos e Taxas	739.911	0,2%	1.022.182	0,2%
Amortizações	5.824.565	1,8%	5.941.571	1,2%
Comissões	160	0,0%	2.054	0,0%
Total dos Prémios Adquiridos	326.423.131		484.096.529	

No gráfico que se segue é feita a ilustração dos custos por natureza em 2019 e 2018:





3.5.5. Resseguro Cedido

O resseguro cedido apresentou, no final de 2019, um saldo financeiro desfavorável aos resseguradores de 271.275 milhares de meticais, devido aos efeitos dos ciclones Idai e Kenneth. No ano de 2018, o saldo foi favorável aos resseguradores em 97.861 milhares meticais.

De seguida é apresentado o resultado do movimento com os resseguradores em 2019 e 2018:

	2019	2018
Prémios de Resseguro Cedido	176.367.201	168.394.168
Comissões e Participações nos Resultados	23.726.594	19.247.953
Sinistros e Variação da Provisão para Sinistros	453.612.908	25.599.512
Provisão para Prémios Não Adquiridos	-29.697.755	25.685.364
Resultado para os Resseguradores	-271.274.546	97.861.339
Prémios de Seguro Directo	396.803.742	415.050.137
Taxa de Cedência	44,45%	44,45%

3.5.6. Gestão de Investimentos

No exercício de 2019, a política de investimentos manteve-se orientada para as aplicações em depósitos a prazo, expressos em moeda nacional e em moeda estrangeira.

O quadro que se segue ilustra os investimentos por tipologia em 2019 e 2018:

Investimentos líquidos de desinvestimentos – milhares de meticais

Tipo de investimento	2019	2018
Depósitos a prazo	25.479	9.305
Obrigações	1.500	1.500
Imóveis	63.370	60.771
De Serviço Próprio	63.370	60.771
Total	90.349	71.576



A variação positiva evidenciada no quadro acima resulta, essencialmente, do maior nível de depósitos a prazo constituídos no exercício, bem como da reavaliação do imóvel de uso próprio.

3.5.7. Situação Financeira

O activo líquido, em 2019, totalizou 848.319 milhares de meticaís, sendo valor, em 2018, de 730.493 milhares de meticaís.

O total dos capitais próprios fixou-se, em 2019, em 180.331 milhares meticaís, situando-se, em 2018, em 169.811 milhares de meticaís, em 2018. Esta variação decorre, fundamentalmente, de um pequeno valor de rateio referente ao aumento do capital social, da reavaliação do imóvel de uso próprio e da aplicação do resultado do exercício de 2018.

Importa, ainda, referir que no exercício de 2019 a cobrança de recibos atingiu o valor de 423.686 milhares de meticaís (2018: 396.129 milhares de meticaís), o que representa cerca de 106,8% dos prémios processados, bem acima dos 95,4% registados no exercício anterior. Estes indicadores reflectem o acrescido esforço de cobrança desenvolvido ao longo do exercício.

O montante dos prémios em cobrança, em 31 de Dezembro de 2019, fixou-se em 214.663 milhares de meticaís (2018: 274.439 milhares de meticaís), com uma variação de -21,8% (-59,8 milhões de meticaís). A provisão para estes recibos, que ascende a 60.421 milhares de meticaís, corresponde a uma cobertura de 28,15% do montante total. O valor de prémios à cobrança, com menos de 1 ano, representa cerca de 67,42%. A provisão para prémios em cobrança está em conformidade com os critérios definidos pela autoridade de supervisão.

Durante o exercício de 2019, prosseguiu-se uma política de redução dos recibos à cobrança com maior antiguidade. O rácio verificado, dadas as circunstâncias específicas do mercado moçambicano, pode considerar-se satisfatório, embora careça de permanente atenção.

Nos primeiros meses de 2020, foi possível proceder à cobrança de 55.175 milhares de meticaís de prémios em dívida a 31 de Dezembro de 2019, com redução do volume total de 214.663 milhares de meticaís para 159.488 milhares de meticaís.



O passivo da Companhia, no final de 2019, no valor de 667.987 milhares de meticais (2018: 560.681 milhares de meticais) é, no essencial, constituído por provisões técnicas, próprias da actividade seguradora, e por créditos relacionados com operações de resseguro.

4. Perspectivas para 2020

A pandemia Covid-19, iniciada na China, mas que rapidamente se disseminou por um número crescente de países, constituiu um choque negativo de grandes proporções sobre a saúde pública mundial, com consequências muito adversas na situação económica dos diversos países. Muito embora os riscos associados a uma crise pandémica estivessem há muito referenciados, este foi um acontecimento para o qual os países e a generalidade dos agentes económicos não se encontravam preparados.

A magnitude do choque sobre a economia mundial, e as diferentes economias nacionais, é substancialmente ampliada por uma maior disrupção nas cadeias de produção a nível global, pelo clima de incerteza e pela maior turbulência nos mercados financeiros.

A configuração e dimensão dos impactos económicos da crise que está a ser vivida à escala global não é ainda antecipável em toda a sua extensão, pois depende da duração, intensidade e dispersão geográfica da pandemia.

Em termos económicos, a pandemia e as correspondentes medidas de confinamento social implicam uma forte e abrupta redução da actividade empresarial, no curto prazo, quer pela impossibilidade de manter os trabalhadores em actividade em condições de segurança, provocando, simultaneamente, um choque do lado da oferta e do lado da procura, o que poderá criar uma espiral depressiva, gerando uma grande e persistente recessão.

O PIB mundial deverá sofrer uma expressiva contracção, com fortes quedas das exportações e do investimento, bem como uma redução de grande magnitude do consumo privado, o que deverá levar a que, muito dificilmente, sejam atingidas as últimas projecções do Banco Mundial, que apontavam para um ligeiro crescimento da economia, passando de 2,4%, em 2019, para 2,5%, em 2020.



As projecções para Moçambique apontam para um crescimento do PIB de 5,8%, em 2020 e 4% em 2021, metas que também poderão ficar comprometidas, dependendo da duração e extensão da pandemia.

Porém, com as descobertas de gás, o país tem a oportunidade de diversificar a economia e, ao mesmo tempo, melhorar a sua resiliência e competitividade. O sector de gás pode impulsionar a agricultura de subsistência para o agro negócio, apoiar a electrificação de Moçambique por meio de diferentes soluções energéticas e promover outras indústrias, como a de fertilizantes, combustíveis e metalomecânica. Também poderá melhorar a estabilidade macroeconómica, contribuindo com receitas mais altas para superávites fiscais e um fundo soberano.

As necessidades de infraestruturas para projectos relacionados com os recursos naturais, também podem desencadear um ciclo de investimentos públicos e privados. Adicionalmente, o governo assinou o terceiro acordo de paz com a oposição, abrindo caminho para a desmobilização e reintegração social das forças armadas.

De salientar ainda que as perspectivas de crescimento económico para 2020 são suportadas também pela reconstrução pós-ciclones e pela liquidação, por parte do Estado, das dívidas a fornecedores de bens e serviços.

A MCS arrancou o exercício de 2020 de uma forma bastante promissora, com a captação de alguns clientes de grande dimensão, o que se reflectiu na evolução positiva dos Prémios Brutos Emitidos, no primeiro trimestre de actividade. Contudo, as medidas de contenção e prevenção provocadas pela pandemia estão a afectar seriamente a actividade económica do país, com reflexos negativos nos diferentes sectores.

Este quadro, de grande preocupação e incerteza, faz-nos antever um ambiente desfavorável para o mercado segurador moçambicano, depois das projecções que apontavam para uma clara recuperação em 2020.

A MCS irá promover durante a ano 2020 todas as acções que permitam minimizar os impactos negativos decorrentes da pandemia, privilegiando a implementação de medidas adequadas à evolução da situação.

Para tal, a Companhia continuará a assumir como prioridade o desenvolvimento de plataformas tecnológicas e a valorização de canais remotos, reforçando a relação com os diferentes parceiros



da área da distribuição, assente numa criteriosa política de gestão e selecção de riscos, promovendo também medidas destinadas à redução da sinistralidade e dos recibos à cobrança, de modo a garantir o necessário equilíbrio na exploração técnica das várias linhas de negócio.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de 6.766.401 meticais, seja aplicado na constituição de reservas legais (1.353.280 meticais), em reserva estatutária, o valor de 338.320 meticais, de acordo com o Decreto-Lei n.º 1/2010, e o remanescente seja levado, na totalidade, a resultados transitados.

Com a aplicação do resultado constante da presente proposta, a situação líquida da Companhia fixar-se-á em 180.331.275 meticais.

6. Notas Finais

A finalizar, apresentamos os nossos agradecimentos a todas as entidades que nos têm ajudado e apoiado, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento e afirmação da Companhia, nomeadamente:

- ao Governo de Moçambique e, em particular, ao Ministério da Economia e Finanças, que tem procurado assegurar ao país um clima de estabilidade e progresso, favorável ao desenvolvimento dos negócios;
- ao Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique, pela forma como tem acompanhado o sector e a actividade da Companhia;
- aos Clientes pela confiança demonstrada;
- aos Accionistas, pelo empenhamento e compreensão manifestados;
- ao Conselho Fiscal, pelo apoio sempre recebido e acompanhamento diligente da vida da Companhia;
- aos Auditores, pela colaboração prestada;
- à Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. pelo apoio técnico sempre disponível;
- aos Resseguradores pela acessibilidade e compreensão demonstradas;
- aos Agentes, Corretores e restantes parceiros pela colaboração prestada;
- aos Trabalhadores pelo esforço, competência e dedicação com que desempenharam as suas tarefas.



Maputo, 18 de Maio de 2020

O Conselho de Administração

O Presidente

G.C.P. – Sociedade de Gestão e Controlo de Participações Sociais S.A., representada por
Lucas Fazine Chachine

O Vice - Presidente

Lusitania, Companhia de Seguros, SA, representada por
Fernando Dias Nogueira

O Vogal

Bento Nuno de Mira Serrano



Demonstrações Financeiras

Demonstrações Financeiras



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS

GANHOS E PERDAS	Notas	Ramo Vida	Ramos Não Vida							Conta Não Técnica	Totais do Exercício	Totais do Exercício Anterior
			Acidentes de Trabalho	Acidentes Pessoais e Doença	Incêndio e Elementos da Natureza	Automóvel	Transportes	Responsabilidade Civil Geral	Diversos			
Prêmios adquiridos líquidos de resseguro		917 488	33 890 583	41 773 450	7 640 857	91 569 212	77 986	1 422 938	2 461 171	-	179 753 685	290 016 997
Prêmios brutos emitidos	4.14	878 464	38 547 952	106 973 791	110 486 596	120 490 397	1 378 224	12 811 857	5 236 461	-	396 803 742	415 050 137
Prêmios de resseguro cedido	4.14	(132 736)	(1 444 265)	(54 854 666)	(102 041 508)	(4 435 165)	(853 252)	(10 102 988)	(2 502 621)	-	(176 367 201)	(168 394 168)
Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	4.9	182 266	(3 502 923)	(16 687 370)	(20 348 852)	(25 802 729)	(463 345)	(3 246 113)	(511 545)	-	(70 380 611)	69 046 392
Provisão para prêmios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	4.8	(10 506)	289 819	6 341 695	19 544 621	1 316 709	16 359	1 960 182	238 876	-	29 697 755	(25 685 364)
Custos com sinistros líquidos de resseguro		250 068	(85 216)	(15 791 542)	47 023 944	15 802 798	(165 999)	(152 469)	(5 083 806)	-	41 797 778	98 825 780
Montantes pagos												
Montantes brutos	4.15	251 614	23 215 547	60 203 842	396 361 844	68 239 830	132 964	1 502 320	38 733 130	-	588 641 091	128 657 791
Parte dos resseguradores	4.15	-	(5 544 721)	(61 684 489)	(332 867 924)	(1 342 753)	(92 427)	(392 839)	(987 727)	-	(402 912 880)	(28 042 745)
Provisão para sinistros (variação)												
Montante bruto	4.15	(1 546)	(17 756 042)	(9 077 515)	15 531 353	(51 094 279)	(176 556)	(1 200 649)	(29 455 171)	-	(93 230 405)	(4 232 499)
Parte dos resseguradores	4.15	-	-	(5 233 380)	(32 001 329)	-	(29 980)	(61 301)	(13 374 038)	-	(50 700 028)	2 443 233
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	4.7	55 038	52 315	-	25 299 106	91 176	3 515 058	-	(2 009 867)	-	27 002 826	2 846 077
Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro												
Montante bruto	4.15	9 810 000	-	-	-	-	-	-	-	-	9 810 000	-
Parte dos resseguradores	4.15	(7 357 500)	-	-	-	-	-	-	-	-	(7 357 500)	-
Gastos de exploração líquidos		761 591	17 584 466	16 617 927	15 510 824	68 425 510	3 078 211	(95 184)	2 391 889	-	124 275 234	155 075 593
Custos de aquisição	4.16	625 813	6 306 277	18 330 236	8 152 385	19 593 763	845 023	1 065 735	2 306 478	-	57 225 710	63 072 196
Custos de aquisição diferidos (variação)	4.16	19 539	(343 375)	(1 557 047)	16 234	(1 601 652)	(50 380)	(237 926)	(85 860)	-	(3 840 467)	5 287 337
Custos administrativos	4.16	116 239	10 260 206	14 566 017	15 648 826	50 330 917	2 497 677	15 671	1 181 032	-	94 616 585	105 964 013
Comissões e participação nos resultados de resseguro	4.16	-	1 361 358	(14 721 279)	(8 306 621)	102 482	(214 109)	(938 664)	(1 009 761)	-	(23 726 594)	(19 247 953)
Rendimentos												
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2 820 408	2 820 408	2 196 416
Gastos com investimentos												
Outros	4.16	-	1 154	2 484	4 159	1 711	-	58	-	-	9 566	13 936
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)		(41 884)	(1 348 707)	276 976	(2 595 792)	(6 463 800)	(978 318)	(192 354)	24 239	1 179 900	(10 139 740)	8 573 537
De activos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo am	4.8	(41 884)	(1 348 707)	276 976	(2 595 792)	(6 463 800)	(978 318)	(192 354)	24 239	(22 512)	(11 342 152)	8 573 537
De investimentos a deter até a maturidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1 202 412	1 202 412	-
Outros rendimentos/gastos	4.17	-	-	-	-	-	-	-	-	13 720 399	13 720 399	(5 109 329)
Resultado antes de imposto		(2 559 825)	17 686 571	40 667 605	(77 601 384)	13 711 817	(5 370 966)	1 862 887	7 138 716	15 360 907	10 896 328	21 769 161
Impostos correntes	4.18	-	-	-	-	-	-	-	-	(4 350 475)	(4 350 475)	(2 298 705)
Impostos diferidos	4.18	-	-	-	-	-	-	-	-	220 548	220 548	269 047
Resultado líquido do exercício		(2 559 825)	17 686 571	40 667 605	(77 601 384)	13 711 817	(5 370 966)	1 862 887	7 138 716	11 230 980	6 766 401	19 739 503

BALANÇO	Notas	31/dez/19			31/dez/18
		Valor bruto	Depreciações e provisões	Valor líquido	
ACTIVO					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.1	10 966 571	-	10 966 571	9 488 404
Empréstimos e contas a receber					
Outros depósitos	4.2	69 420 626	-	69 420 626	31 761 543
Investimentos a deter até a maturidade	4.3	1 541 969	-	1 541 969	1 540 993
Edifícios					
De uso próprio	4.4	72 089 329	8 085 470	64 003 859	61 404 918
Outros activos tangíveis	4.5	36 196 995	27 841 069	8 355 926	10 496 699
Outros activos intangíveis	4.6	63 434 949	2 493 873	60 941 076	43 521 488
Provisões técnicas de resseguro cedido					
Provisão para prémios não adquiridos	4.7	36 917 698	-	36 917 698	7 219 936
Provisão matemática do ramo Vida	4.7	7 357 500	-	7 357 500	-
Provisão para sinistros					
De acidentes de trabalho	4.7	-	-	-	1 651 416
De outros ramos	4.7	36 776 371	-	36 776 371	23 253 327
Outros devedores por operações de seguros e outras operações					
Contas a receber por outras operações de seguro directo	4.8	464 214 025	60 421 291	403 792 734	452 306 051
Contas a receber por outras operações de resseguro	4.8	90 231 736	-	90 231 736	47 493 708
Contas a receber por outras operações	4.8	53 594 853	7 805 235	45 789 618	38 392 240
Activos por impostos					
Activos por impostos correntes	4.18	2 403 347	-	2 403 347	1 414 032
Acréscimos e diferimentos	4.19	9 819 361	-	9 819 361	548 177
Total do activo		954 965 330	106 646 938	848 318 392	730 492 932



BALANÇO	Notas	31/dez/19	31/dez/18
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
PASSIVO			
Provisões técnicas			
Provisão para prémios não adquiridos	4.9	132 550 128	66 009 992
Provisão matemática do ramo Vida	4.9	9 810 000	-
Provisão para sinistros			
Do ramo Vida	4.9	30 917	32 463
Do ramo acidentes de trabalho e doenças profissionais	4.9	22 890 000	40 646 042
De outros ramos	4.9	60 147 674	76 549 853
Provisão para desvios de sinistralidade	4.9	16 766 119	16 066 577
Provisão para riscos em curso	4.9	28 433 080	2 273 287
Empréstimos bancários	4.10	43 169 367	17 340 520
Outros credores por operações de seguros e outras operações			
Contas a pagar por operações de seguro directo	4.11	40 900 024	58 269 572
Contas a pagar por operações de resseguro	4.11	237 811 630	210 184 369
Contas a pagar por outras operações	4.11	37 422 336	11 080 790
Passivos por impostos			
Passivos por impostos correntes	4.18	18 145 365	17 200 430
Passivos por impostos diferidos	4.18	11 512 727	10 521 092
Acréscimos e diferimentos	4.19	8 397 750	10 131 510
Outras provisões	4.20	-	24 375 000
Total do passivo		667 987 117	560 681 497
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	4.12	167 500 000	164 643 088
Reservas de reavaliação	4.13	36 168 581	33 154 798
Reserva por impostos diferidos	4.13	(11 573 945)	(10 609 535)
Reserva legal	4.13	23 550 839	19 602 938
Reservas estatutárias	4.13	3 200 666	2 213 691
Outras reservas	4.13	1 464 634	1 464 634
Resultados transitados	4.13	(46 745 901)	(60 397 682)
Resultados do exercício		6 766 401	19 739 503
Total do Capital Próprio		180 331 275	169 811 435
Total do Passivo e do Capital Próprio		848 318 392	730 492 932

Variação de capitais próprios

	Capital social	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Reservas estatutárias	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Balço a 31 de Dezembro de 2017	100 000 000	33 853 327	(10 833 064)	7 911 963	2 213 691	1 464 634	(111 347 282)	58 454 871	81 718 140
Aplicação do resultado do exercício de 2017	-	-	-	11 690 975	-	-	46 763 896	(58 454 871)	-
Aumento do capital social	64 643 088	-	-	-	-	-	-	-	64 643 088
Consumo da reserva de reavaliação do edifício de uso próprio	-	(698 529)	-	-	-	-	698 529	-	-
Consumo do imposto diferido sobre o valor de reserva de reavaliação de edifício de uso próprio	-	-	223 529	-	-	-	(223 529)	-	-
Regularização de excesso de perdas de anos anteriores	-	-	-	-	-	-	3 710 704	-	3 710 704
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	19 739 503	19 739 503
Balço a 31 de Dezembro de 2018	164 643 088	33 154 798	(10 609 535)	19 602 938	2 213 691	1 464 634	(60 397 682)	19 739 503	169 811 435
Aplicação do resultado do exercício de 2018	-	-	-	3 947 901	986 975	-	14 804 614	(19 739 503)	-
Aumento do capital social	2 856 912	-	-	-	-	-	-	-	2 856 912
Reserva de Reavaliação do edifício de uso próprio	-	3 788 074	-	-	-	-	-	-	3 788 074
Impostos diferidos sobre o valor de reavaliação de edifícios de uso próprio	-	-	(1 212 183)	-	-	-	-	-	(1 212 183)
Consumo da reserva de reavaliação do edifício de uso próprio	-	(774 291)	-	-	-	-	774 291	-	-
Consumo do imposto diferido sobre o valor de reserva de reavaliação de edifício de uso próprio	-	-	247 773	-	-	-	(247 773)	-	-
Regularização de excesso de perdas de anos anteriores	-	-	-	-	-	-	(1 679 351)	-	(1 679 351)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	6 766 401	6 766 388
Balço a 31 de Dezembro de 2019	167 500 000	36 168 581	(11 573 945)	23 550 839	3 200 666	1 464 634	(46 745 901)	6 766 401	180 331 275

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

Notas	2019	2018
	6 766 401	19 739 503
<u>Resultado líquido do exercício</u>		
<u>Reserva de reavaliação de edifício de uso próprio</u>	3 788 074	-
<u>Imposto diferido sobre a Reserva de reavaliação de edifício de uso próprio</u>	(1 212 183)	-
Total do rendimento integral	9 342 292	19 739 503



DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	6 766 401	19 739 503
<u>Ajustamentos ao resultado relativos a:</u>		
Impostos diferidos e sobre o rendimento	4 129 927	2 029 658
Depreciações e amortizações	5 824 564	5 941 571
Menos ou mais valia no abate de activos tangíveis	(358 649)	213 787
Imparidade de activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(11 342 152)	8 573 537
Outras provisões	1 202 412	-
<u>Variações nos activos e passivos operacionais:</u>		
(Aumento) / redução em devedores por operações de seguros e outras operações	(1 622 089)	(46 104 982)
Aumento / (redução) em credores por operações de seguros e outras operações	36 599 259	(14 610 434)
Aumento / (redução) de impostos activos / passivos	989 315	(1 383 795)
Aumento / (redução) de outros passivos financeiros	(1 936 570)	-
Pagamento de imposto sobre o rendimento	(1 938 964)	(100 000)
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais	38 313 454	(25 701 155)
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Aquisição de activos tangíveis	(2 472 550)	(3 052 230)
Aquisição de activos intangíveis	(18 194 229)	(24 184 133)
Venda de activos tangíveis	1 815 025	153 000
Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento	(18 851 753)	(27 083 363)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Empréstimos bancários obtidos	43 169 367	17 340 520
Reembolso de empréstimos e juros bancários	(64 009 816)	(37 442 397)
Aumento de capital social	2 856 912	64 643 088
Caixa líquida gerada pelas actividades de investimento	(17 983 537)	44 541 211
Aumento/(redução) em caixa e equivalentes de caixa	1 478 164	(8 243 306)
Caixa e equivalentes de caixa a 1 de Janeiro	9 488 404	17 731 710
Caixa e equivalentes de caixa a 31 de Dezembro	10 966 571	9 488 404

Notas às Demonstrações Financeiras



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Notas às demonstrações financeiras

1. Informações gerais

A Moçambique, Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por MCS ou Companhia) é uma sociedade anónima, constituída em 20 de Julho de 2000, por tempo indeterminado, com sede em Maputo e rege-se pelos seus estatutos e demais legislação aplicável.

A Companhia tem por objecto o exercício da actividade de seguros e resseguros, em todos os ramos Vida e Não Vida e iniciou a actividade operacional em 3 de Junho de 2001.

2. Políticas contabilísticas

2.1. Base de preparação

As presentes demonstrações financeiras, que se reportam ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, foram preparadas em conformidade com o Diploma Ministerial n.º 222/2010, de 17 de Dezembro, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), emitidas até àquela data, e ainda de acordo com disposições emanadas pelo Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM), relativas à contabilização das operações das empresas de seguros. Em consequência, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nos princípios da continuidade e do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). De referir que, em referência a 31 de Dezembro de 2019, os activos detidos pela Companhia afectos para representação das provisões técnicas, revelam-se insuficientes no montante de 159.502.368 Meticais, de acordo com os requisitos regulamentares actualmente em vigor. Esta situação decorre da Companhia ainda não ter sido ressarcida do valor correspondente à responsabilidade da MSC – Mediterranean Shipping Company no processo de sinistro envolvendo o segurado Emodraga, decorrendo a competente acção judicial junto do Tribunal Judicial da Província de Sofala.

As presentes demonstrações financeiras foram apreciadas pelo Conselho de Administração e estão sujeitas a aprovação em Assembleia Geral de Accionistas.



2.2. Políticas contabilísticas

a) Transacções em moeda estrangeira

A MCS tem o metical como moeda funcional. As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transacção. Os activos e passivos não monetários ao justo valor, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data em que o justo valor é determinado.

As taxas de câmbio consideradas para a conversão dos activos e passivos financeiros em MZN às datas de 31 de Dezembro de 2019 e de 31 de Dezembro de 2018 foram as seguintes:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Dólar Norte-Americano	62,06	61,46
Rand Sul-Africano	4,35	4,27
Euro	68,90	70,23

b) Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido, bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

Activos financeiros disponíveis para venda

Activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou que não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou activos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos. Após o reconhecimento inicial, os investimentos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção dos instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade e, por conseguinte, mensurados ao custo.



Um ganho ou perda resultante de um activo financeiro disponível para venda é reconhecido directamente no capital próprio até que o activo financeiro seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda cumulativo anteriormente reconhecido no capital próprio é reconhecido nos lucros ou prejuízos. As perdas por imparidade reconhecidas nos lucros ou prejuízos para um investimento num instrumento de capital próprio classificado como disponível para venda não são revertidas através dos lucros ou prejuízos. A Companhia não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados. A Companhia não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

Investimentos a deter até à maturidade

Considera-se investimentos a deter até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo a Companhia a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço da MCS na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

A MCS avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um



ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expiram, quando a Companhia tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou, não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a MCS tenha transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva e são deduzidos de perdas de imparidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.



Para os activos financeiros em que não seja possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

c) Imparidade de activos financeiros

A MCS avalia em cada data de balanço a existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado, a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado, e que deve ser liquidado pela entrega de um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada no capital próprio, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e



o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial. A Companhia não classificou à data de referência destas demonstrações financeiras qualquer instrumento financeiro nesta categoria.

Empréstimos obtidos e contas a pagar

A MCS classifica os restantes passivos financeiros nesta categoria.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.



Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

f) Resseguro

No decurso da sua actividade a MCS analisa a possibilidade de cedência de risco para todos os ramos de seguro em que desenvolve a sua actividade. Os valores a receber ou a pagar relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber ou a pagar com resseguradoras, de acordo com as disposições contratuais previamente definidas nos respectivos tratados de resseguro.

g) Valores a receber por operações de seguro

Os valores a receber por operações de seguro são reconhecidos quando devidos à Companhia, sendo mensurados inicialmente pelo seu justo valor. Após o reconhecimento inicial, os valores a receber por operações de seguro sempre que apresentem montantes e prazo de maturidade significativa, são mensurados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva. Sempre que se registem indícios de que um activo por valores a receber por operações de seguro possa estar em imparidade, é avaliada a sua recuperabilidade e reconhecida em resultados qualquer perda estimada.

Os critérios de desreconhecimento descritos para os activos financeiros são aplicáveis no desreconhecimento de valores a receber por operações de seguro.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Na preparação da Demonstração de fluxos de caixa a Companhia considerou como Caixa e equivalentes de caixa os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.



i) Provisões

A MCS constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

j) Activos tangíveis e edifícios de uso próprio

Os activos tangíveis utilizados pela MCS no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia.

As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, utilizando-se, assim, as seguintes vidas úteis:

- Edifícios: 50 anos
- Equipamento informático: 4 a 6 anos
- Mobiliário e material: 6 a 10 anos
- Equipamento de transporte: 4 anos

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação.

Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua efectivação.

A MCS efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.



Na mensuração subsequente dos edifícios de uso próprio, a MCS passou a adoptar desde o exercício de 2016, o modelo de revalorização, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Na distinção entre terrenos e edifícios de rendimento e terrenos e edifícios de uso próprio, a Companhia utiliza os critérios de classificação que constam, respectivamente, nos IAS 16 e IAS 40. Assim, para tal distinção entre uso próprio e rendimento no que diz respeito à classe de terrenos e edifícios, a Companhia adopta o princípio da recuperabilidade do activo. Deste modo, e para os imóveis cuja recuperabilidade seja por via da obtenção de rendas ao invés do seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de rendimento, utilizando os critérios de mensuração do IAS 40. Por sua vez, para os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de uso próprio, aplicando nesse caso, os critérios de mensuração subsequente que constam do IAS 16.

k) Activos intangíveis

Os activos intangíveis da MCS são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A MCS procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A amortização dos activos intangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, considerando-se 3 anos de vida útil.

l) Imparidade de itens não monetários

A MCS avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, a MCS estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.



A cada data de balanço, a MCS reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, a MCS estima a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputadas aos resultados na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de bónus ou distribuição de resultados se a MCS tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

n) Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação.

Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.



Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

o) Contratos de seguro

A Companhia emite contratos que incluem risco de seguro. Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico que possa afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro. Os contratos de seguro são mensurados de acordo com os seguintes princípios:

Reconhecimento de ganhos e perdas

Os ganhos e perdas decorrentes de contratos de seguro são reconhecidos ao longo do exercício a que respeitam, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Prémios

Os prémios brutos emitidos de seguro directo, de resseguro aceite e de resseguro cedido são registados respectivamente como proveitos e custos, no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos até ao final do exercício, mas com vigência após essa data. Esta provisão tem como objectivo imputar aos exercícios seguintes, relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, os ganhos e perdas correspondentes ao período de vigência do contrato, através da aplicação do método *pro-rata temporis*. A provisão para prémios não adquiridos é reconhecida no balanço deduzida dos custos de aquisição diferidos.



Custos de aquisição diferidos

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos, são capitalizados e diferidos pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos estão sujeitos a testes de recuperabilidade no momento da emissão dos contratos e sujeitos a testes de imparidade à data de balanço.

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com o Decreto n.º 30/2011, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao custo total estimado que a Companhia espera vir a suportar com a regularização de todos os sinistros que tenham ocorrido até ao final do exercício, quer tenham ou não sido comunicados, deduzidos dos montantes pagos respeitantes aos mesmos sinistros.

Provisão matemática

A provisão matemática dos seguros do ramo Vida corresponde ao valor dos compromissos assumidos pela Companhia, incluindo as participações nos resultados, líquido do valor actuarial dos prémios futuros. As taxas de desconto consideradas têm como referência a taxa de risco de mercado em que a Companhia se encontra.

Provisão para sinistros incorridos mas não reportados (IBNR)

A provisão para IBNR é calculada para os ramos Vida e Não Vida pelo correspondente a 1% e 5%, respectivamente, dos custos com sinistros líquidos de resseguro.

Provisões técnicas para o resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é calculada de acordo com os critérios descritos acima para o seguro directo. A quota parte do resseguro na provisão para sinistros é determinada individualmente para cada processo de sinistro, com base nas condições previstas nos tratados de resseguro aplicáveis.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o



valor do somatório dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis e ainda não processados à data do encerramento do exercício, relativos a contratos em vigor. O método de cálculo da provisão para riscos em curso está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade visa fazer face à sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha mais oscilações e deve ser constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas e para o risco de fenómenos sísmicos. O método de cálculo da provisão para desvios de sinistralidade está de acordo com a legislação aplicável – Decreto n.º 30/2011.

Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objectivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. O cálculo destes ajustamentos é efectuado com base no valor dos prémios por cobrar, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISSM, de base económica.

O montante dos ajustamentos de recibos por cobrar em 31 de Dezembro de 2019 não diverge significativamente do risco envolvido na cobrança dos valores relativos a prémios a receber naquela data.

O ajustamento para dívidas de cobrança duvidosa foi calculado tendo por base o valor estimado de realização dos saldos de natureza duvidosa, incluídas na rubrica de Outros devedores.

p) Locações

A determinação se um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atendendo à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para o locatário todos os riscos e vantagens decorrentes da detenção do activo em causa, o custo do activo é registado como um activo tangível e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculada conforme descrito na nota (j) e registada como gasto na Conta de Ganhos e Perdas dentro do período a que respeitam.



As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são suportados nos exercícios a que se referem.

q) Relato por segmentos

A Companhia reporta de acordo com a sua organização de unidades de negócio, nomeadamente, os ramos Vida, Não Vida e os Serviços de Gestão de Investimentos.

2.3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

Os julgamentos efectuados pela gestão são revistos periodicamente. Qualquer alteração às estimativas que resulte da obtenção de melhor informação é reconhecida nesse período e nos exercícios seguintes.

Estimativas e pressupostos

As principais estimativas contabilísticas e pressupostos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são analisadas como segue:

Responsabilidade total decorrente de sinistros por regularizar relativos a contratos de seguro

Existem algumas fontes de incerteza que a MCS necessita de considerar na determinação da estimativa das responsabilidades totais por pagar com sinistros.

As fontes de incerteza decorrentes de contratos de seguro podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- (i) Incerteza quanto à possibilidade de ocorrência de um evento que dê origem a uma perda segurada;
- (ii) Incerteza quanto ao valor da perda reportada à Companhia em resultado de um acontecimento seguro desfavorável;



- (iii) Incerteza quanto ao valor total da responsabilidade decorrente de sinistros participados à Companhia;
- (iv) Incerteza quanto à exposição futura pela Companhia a responsabilidades assumidas e ainda não reportadas.

O grau de incerteza será diferente entre os vários ramos de negócio, de acordo com as características dos riscos seguros. O custo de cada sinistro é determinado considerando o valor actual da perda esperada pelo tomador do seguro.

A constituição de responsabilidades por contratos de seguro é um processo de incerteza inerente à actividade da MCS, como tal, o custo total de regularização de um sinistro poderá variar em relação à estimativa inicial do custo com o sinistro. A Companhia elabora estimativas e pressupostos que lhe permitam adequar as responsabilidades às possíveis perdas por contratos de seguro. As estimativas e os julgamentos realizados são sujeitos a revisões trimestrais, permitindo ajustar quaisquer factos novos identificados.

As estimativas iniciais são determinadas com base na melhor estimativa possível relativamente aos sinistros declarados e ao padrão de sinistralidade que se verifica na Companhia. A MCS procede ainda à determinação de estimativas para os sinistros ocorridos mas ainda não participados (IBNR).

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

Impostos sobre os lucros

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pela MCS com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações.



Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Companhia sobre o adequado enquadramento das suas operações.

Os activos por impostos diferidos decorrentes de prejuízos fiscais reportados, são reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros permitirão que o activo por impostos diferidos seja recuperado. O reconhecimento de impostos diferidos activos exige que se efectue adequados julgamentos de modo a poder determinar a probabilidade e o valor dos lucros futuros que permita o reconhecimento dos activos por impostos diferidos.

2.4. Alterações de políticas contabilísticas, estimativas e erros

Durante os exercícios de 2019 e 2018 não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeitos na comparabilidade desses exercícios.

De igual modo, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem a reexpressão das quantias comparativas.

3. Relato por segmentos

Para efeitos de gestão, a Companhia está organizada por unidades de negócio baseadas nos tipos de produtos que explora, nomeadamente:

- Ramo Vida, ainda numa fase incipiente de exploração e com o peso residual no total da produção da Companhia.
- Ramos Não Vida que compreendem a generalidade dos seguros comercializados para particulares e empresas.
- Serviços de Gestão de Investimentos que gere as aplicações decorrentes dos prémios recebidos dos segurados.

A definição destes segmentos de negócio foi efectuada tendo em conta a similaridade da natureza dos riscos associados a cada produto explorado, a similaridade dos processos de exploração dos mesmos e a organização de gestão em vigor na Companhia.

O desempenho por segmento é avaliado com base nos ganhos e perdas apresentados.



O balanço por segmentos de negócio foi elaborado, com excepção dos activos financeiros, das provisões técnicas e dos resultados antes de impostos (que já estavam registados por ramo de negócio), utilizando como base de alocação dos valores globais aos vários segmentos de negócio, as percentagens das provisões técnicas.

BALANÇO POR SEGMENTOS

31-Dez-19

	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Total
ACTIVO				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	65 435	10 901 136	-	10 966 571
Empréstimos e contas a receber	414 215	69 006 411	-	69 420 626
Outros depósitos	414 215	69 006 411	-	69 420 626
Investimentos a deter até a maturidade	9 201	1 532 768	-	1 541 969
Edifícios	-	64 003 859	-	64 003 859
De uso próprio	-	64 003 859	-	64 003 859
Outros activos tangíveis	-	8 355 926	-	8 355 926
Outros activos intangíveis	-	60 941 076	-	60 941 076
Provisões técnicas de resseguro cedido	7 357 500	73 694 069	-	81 051 569
Outros devedores por operações de seguros e outras operaçõ	162 241	493 862 229	45 789 618	539 814 088
Activos por impostos	-	-	2 403 347	2 403 347
Acréscimos e diferimentos	-	-	9 819 361	9 819 361
Total do activo	8 008 591	782 297 475	58 012 326	848 318 392
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
PASSIVO				
Provisões técnicas	11 262 754	259 365 164	-	270 627 918
Empréstimos bancários	-	-	43 169 367	43 169 367
Outros credores por operações de seguros e outras operaçõe:	-	278 711 654	37 422 336	316 133 990
Passivos por impostos	-	-	29 658 092	29 658 092
Acréscimos e diferimentos	-	-	8 397 750	8 397 750
Total do passivo	11 262 754	538 076 818	118 647 545	667 987 117
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	67 000 000	100 500 000	-	167 500 000
Reservas de reavaliação	-	36 168 581	-	36 168 581
Reserva por impostos diferidos	-	(11 573 945)	-	(11 573 945)
Reserva legal	-	-	23 550 839	23 550 839
Reservas estatutárias	-	-	3 200 666	3 200 666
Outras reservas	-	-	1 464 634	1 464 634
Resultados transitados	-	-	(46 745 901)	(46 745 901)
Resultados do exercício	(2 559 825)	(1 904 754)	11 230 980	6 766 401
Total do Capital Próprio	64 440 175	123 189 882	(7 298 782)	180 331 275
Total do Passivo e do Capital Próprio	75 702 929	661 266 700	111 348 763	848 318 392


BALANÇO POR SEGMENTOS
31-Dez-18

	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Total
ACTIVO				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	81 150	9 407 254	-	9 488 404
Empréstimos e contas a receber	271 641	31 489 902	-	31 761 543
Investimentos a deter até a maturidade	13 179	1 527 814	-	1 540 993
Edifícios	-	61 404 918	-	61 404 918
Outros activos tangíveis	-	10 496 699	-	10 496 699
Outros activos intangíveis	-	43 521 488	-	43 521 488
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	32 124 679	-	32 124 679
Outros devedores por operações de seguros e outras operaçõe	162 241	499 637 518	38 392 240	538 191 999
Activos por impostos	-	-	1 414 032	1 414 032
Acréscimos e diferimentos	-	-	548 177	548 177
Total do activo	528 211	689 610 272	40 354 449	730 492 932
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
PASSIVO				
Provisões técnicas	1 617 026	199 961 188	-	201 578 214
Empréstimos bancários	-	-	17 340 520	17 340 520
Outros credores por operações de seguros e outras operaçõe:	-	268 453 941	11 080 790	279 534 731
Passivos por impostos	-	-	27 721 522	27 721 522
Acréscimos e diferimentos	-	-	10 131 510	10 131 510
Outras provisões	-	24 375 000	-	24 375 000
Total do passivo	1 617 026	492 790 129	66 274 342	560 681 497
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital	67 000 000	97 643 088	-	164 643 088
Reservas de reavaliação	-	33 154 798	-	33 154 798
Reserva por impostos diferidos	-	(10 609 535)	-	(10 609 535)
Reserva legal	-	-	19 602 938	19 602 938
Reservas estatutárias	-	-	2 213 691	2 213 691
Outras reservas	-	-	1 464 634	1 464 634
Resultados transitados	-	-	(60 397 682)	(60 397 682)
Resultados do exercício	88 032	21 930 946	(2 279 475)	19 739 503
Total do Capital Próprio	67 088 032	142 119 297	(39 395 895)	169 811 435
Total do Passivo e do Capital Próprio	68 705 058	634 909 426	26 878 447	730 492 932


GANHOS E PERDAS POR SEGMENTOS
2019

	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Totais do Exercício
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	917 488	178 836 197	-	179 753 685
Prémios brutos emitidos	878 464	395 925 278	-	396 803 742
Prémios de resseguro cedido	(132 736)	(176 234 465)	-	(176 367 201)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	182 266	(70 562 877)	-	(70 380 611)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	(10 506)	29 708 261	-	29 697 755
Custos com sinistros líquidos de resseguro	250 068	41 547 710	-	41 797 778
Montantes pagos				
Montantes brutos	251 614	588 389 477	-	588 641 091
Parte dos resseguradores	-	(402 912 880)	-	(402 912 880)
Provisão para sinistros (variação)				
Montante bruto	(1 546)	(93 228 859)	-	(93 230 405)
Parte dos resseguradores	-	(50 700 028)	-	(50 700 028)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	55 038	26 947 788	-	27 002 826
Provisão matemática do ramo Vida, líquida de resseguro				
Montante bruto	9 810 000			9 810 000
Parte dos resseguradores	(7 357 500)			(7 357 500)
Custos de exploração líquidos	761 591	123 513 643	-	124 275 234
Custos de aquisição	625 813	56 599 897	-	57 225 710
Custos de aquisição diferidos (variação)	19 539	(3 860 006)	-	(3 840 467)
Custos administrativos	116 239	94 500 346	-	94 616 585
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	(23 726 594)	-	(23 726 594)
Rendimentos				
Outros	-	-	2 820 408	2 820 408
Gastos com investimentos				
Outros	-	9 566	-	9 566
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	(41 884)	(11 277 756)	1 179 900	(10 139 740)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	(41 884)	(11 277 756)	(22 512)	(11 342 152)
Outros rendimentos/gastos	-	-	13 720 399	13 720 399
Resultado antes de imposto	(2 559 825)	(1 904 754)	15 360 907	10 896 328
Impostos correntes	-	-	(4 350 475)	(4 350 475)
Impostos diferidos	-	-	220 548	220 548
Resultado líquido do exercício	(2 559 825)	(1 904 754)	11 230 980	6 766 401


GANHOS E PERDAS POR SEGMENTOS
2018

	Ramo Vida	Ramos Não Vida	Serviços de Gestão de Investimentos	Totais do Exercício
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1 210 300	288 806 697	-	290 016 997
Prémios brutos emitidos	1 035 579	414 014 558	-	415 050 137
Prémios de resseguro cedido	139 346	(168 533 514)	-	(168 394 168)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	19 314	69 027 078	-	69 046 392
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	16 061	(25 701 425)	-	(25 685 364)
Custos com sinistros líquidos de resseguro	130 537	98 695 243	-	98 825 780
Montantes pagos				
Montantes brutos	130 537	128 527 254	-	128 657 791
Parte dos resseguradores	-	(28 042 745)	-	(28 042 745)
Provisão para sinistros (variação)				
Montante bruto	-	(4 232 499)	-	(4 232 499)
Parte dos resseguradores	-	2 443 233	-	2 443 233
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	106 974	2 739 103	-	2 846 077
Gastos de exploração líquidos	860 221	154 215 372	-	155 075 593
Custos de aquisição	726 373	62 345 823	-	63 072 196
Custos de aquisição diferidos (variação)	(7 106)	5 294 443	-	5 287 337
Custos administrativos	140 954	105 823 059	-	105 964 013
Comissões e participação nos resultados de resseguro	-	(19 247 953)	-	(19 247 953)
Rendimentos				
Outros	-	-	2 196 416	2 196 416
Gastos com investimentos				
Outros	-	13 936	-	13 936
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	24 536	8 612 510	(63 509)	8 573 537
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	24 536	8 612 510	(63 509)	8 573 537
Outros rendimentos/gastos	-	-	(5 109 329)	(5 109 329)
Resultado antes de imposto	88 032	24 530 533	(2 849 404)	21 769 161
Impostos correntes	-	(2 599 587)	300 882	(2 298 705)
Impostos diferidos	-	-	269 047	269 047
Resultado líquido do exercício	88 032	21 930 946	(2 279 475)	19 739 503



4. Notas às demonstrações financeiras

4.1. Caixa e seus equivalentes e depósitos a ordem

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Caixa	113 293	134 003
Depósitos à Ordem	10 853 278	9 354 401
	<u>10 966 571</u>	<u>9 488 404</u>

4.2. Empréstimos e contas a receber – Outros depósitos

A decomposição da rubrica de outros depósitos é constituída pelos Depósitos a prazo contratados pela MCS à data do fecho do exercício.

O detalhe por moeda e instituição de crédito é a seguinte:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
<u>Meticais</u>		
Banco Comercial e de Investimentos	45 338 862	3 106 581
First National Bank	2 229 956	-
Banco Único	659 008	1 603 068
First Capital Bank	691 798	607 757
Banco Terra	-	2 345 156
Banco BIG	157 198	-
Standard Bank	-	1 985 365
<u>Dólares Norte-Americanos</u>		
Banco Único	291 141	-
Banco Comercial e de Investimentos	14 839 048	-
First National Bank	718 713	-
Banco Terra	-	20 045 675
Standard Bank	503 045	473 315
<u>Rands Sul-Africanos</u>		
Banco Comercial e de Investimentos	3 991 856	1 594 626
	<u>69 420 626</u>	<u>31 761 543</u>



4.3. Investimentos a deter até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são constituídos pelos seguintes títulos:

	<u>31/dez/19</u>	<u>31/dez/18</u>
Obrigações PETROMOC 2015 (i)	1 541 969	1 540 993
	<u>1 541 969</u>	<u>1 540 993</u>

(i) As obrigações Petromoc foram adquiridas em Agosto de 2015, por um período de 5 anos, tendo o seu vencimento a 25 de Agosto de 2020. Estas obrigações rendem juros a uma taxa indexada à FPC, acrescida de uma margem de 6,5%, pago trimestralmente. O capital será reembolsado de uma só vez na data de vencimento.

4.4. Edifícios de uso próprio

A rubrica de Edifícios de uso próprio é constituída pelo imóvel sito na Avenida Kenneth Kaunda, no qual se situa a Sede da Companhia e por uma Agência pré fabricada adquirida durante o exercício de 2017 na fronteira de Ressano Garcia, em Maputo, para a comercialização exclusiva de seguro automóvel.

O valor contabilístico dos edifícios decompõem-se da seguinte forma:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Edifício Sede		
Custo	33 207 018	33 207 018
Reavaliação	38 248 756	34 460 682
	<u>71 455 774</u>	<u>67 667 700</u>
Depreciações acumuladas	(7 967 774)	(6 831 416)
Valor líquido	<u>63 488 000</u>	<u>60 836 284</u>
Agência Ressano Garcia		
Custo	633 555	633 555
	<u>633 555</u>	<u>633 555</u>
Depreciações acumuladas	(117 696)	(64 921)
Valor líquido	<u>515 859</u>	<u>568 634</u>
Total líquido	<u><u>64 003 859</u></u>	<u><u>61 404 918</u></u>



4.5. Activos tangíveis

O movimento ocorrido nos activos tangíveis é analisado como segue:

	31-Dez-18	Compras	Vendas / Abates	Transferências / Regularizações	31-Dez-19
<i>Custo de aquisição</i>					
Equipamento administrativo	1 692 213	-	-	-	1 692 213
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	8 281 000	577 325	(108 370)	-	8 749 955
Material de transporte	16 035 254	785 000	(1 632 462)	-	15 187 792
Mobiliário e material	7 187 299	-	(74 194)	-	7 113 105
Património artístico	945 092	-	-	-	945 092
Outro equipamento	1 000 208	-	-	-	1 000 208
Activos em curso	534 932	476 670	-	-	1 011 602
	36 173 026	1 838 995	(1 815 025)	-	36 196 995
<i>Depreciações acumuladas</i>					
	31-Dez-18	Depreciação do exercício	Vendas / Abates	Transferências / Regularizações	31-Dez-19
Equipamento administrativo	1 518 298	75 666	-	-	1 593 964
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	7 057 616	722 247	(90 969)	-	7 688 894
Material de transporte	11 192 406	2 526 633	(1 580 275)	-	12 138 764
Mobiliário e material	4 710 639	411 167	(50 831)	-	5 070 975
Outro equipamento	726 367	125 077	-	-	851 444
	25 702 354	3 860 790	(1 722 075)	-	27 841 069
<i>Valor líquido</i>	10 470 672				8 355 927

O aumento verificado na rubrica de equipamento informático refere-se, essencialmente, à aquisição de computadores, no âmbito das novas contratações de colaboradores e substituição do equipamento obsoleto.

O aumento verificado no material de transporte é justificado pela aquisição de uma viatura ligeira para reforçar o parque automóvel da Companhia. Durante o exercício, procedemos ainda, ao abate de 3 viaturas.



A 31 de Dezembro de 2018, o movimento nos activos tangíveis era o seguinte:

	31-Dez-17	Compras	Vendas / Abates	Transferências / Regularizações	31-Dez-18
Custo de aquisição					
Equipamento administrativo	1 623 777	74 435	(6 000)	-	1 692 212
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	7 936 760	344 240	-	-	8 281 000
Material de transporte	16 884 597	2 000 000	(2 849 343)	-	16 035 254
Mobiliário e material	7 187 299	-	-	-	7 187 299
Património artístico	945 092	-	-	-	945 092
Outro equipamento	1 000 208	-	-	-	1 000 208
Activos em curso	534 932	-	-	-	534 932
	36 609 693	2 418 675	(2 855 343)	-	36 173 025
	31-Dez-17	Depreciação do exercício	Vendas / Abates	Transferências / Regularizações	31-Dez-18
Depreciações acumuladas					
Equipamento administrativo	1 392 395	128 903	(3 000)	-	1 518 298
Máquinas e ferramentas	497 028	-	-	-	497 028
Equipamento informático	6 298 682	766 860	-	(7 926)	7 057 616
Material de transporte	10 988 886	2 375 630	(2 198 138)	-	11 166 378
Mobiliário e material	4 129 336	581 303	-	-	4 710 639
Outro equipamento	601 266	125 101	-	-	726 367
	23 907 593	3 977 797	(2 201 138)	(7 926)	25 676 326
Valor líquido	12 702 100				10 496 699

4.6. Activos intangíveis

O movimento ocorrido nos activos intangíveis é analisado como segue:

	31-Dez-18	Aumentos	Transferências	Regularizações	31-Dez-19
Custo de aquisição					
Despesas em edifícios arrendados	21 056 587	875 102	-	-	21 931 689
Activos em curso	24 184 133	17 319 127	-	-	41 503 260
	45 240 720	18 194 229	-	-	63 434 949
	31-Dez-18	Amortizações do exercício	Transferências	Regularizações	31-Dez-19
Amortizações acumuladas					
Despesas em edifícios arrendados	1 719 232	774 641	-	-	2 493 873
	1 719 232	774 641	-	-	2 493 873
Valor líquido	43 521 488				60 941 076



O aumento verificado na rubrica de activos em curso é justificado pelas despesas incorridas durante o exercício com um projecto de implementação de um novo sistema informático denominado Projecto MCS^{XXI}, no âmbito da optimização dos serviços e sistemas da Companhia. O Projecto MCS^{XXI}, cujo prazo de execução está previsto para o primeiro semestre de 2020, permitirá a integração total das necessidades tecnológicas da MCS, ao nível do negócio (distribuição, selecção, gestão do risco e de sinistros, *workflow* e gestão documental), bem como na gestão de temas organizacionais integrando as necessidades financeiras, de *reporting* e de recursos humanos da MCS.

A 31 de Dezembro de 2018, o movimento nos activos intangíveis era o seguinte:

	31-Dez-17	Aumentos	Transferências	Regularizações	31-Dez-18
<i>Custo de aquisição</i>					
Despesas em edifícios arrendados	21 056 587	-	-	-	21 056 587
Activos em curso	-	24 184 133	-	-	24 184 133
	21 056 587	24 184 133	-	-	45 240 720
	31-Dez-17	Amortizações do exercício	Transferências	Regularizações	31-Dez-18
<i>Amortizações acumuladas</i>					
Despesas em edifícios arrendados	944 591	774 641	-	-	1 719 232
	944 591	774 641	-	-	1 719 232
<i>Valor líquido</i>	20 111 996				43 521 488

4.7. Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões técnicas de resseguro cedido apresentam-se como segue:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Provisão para prémios não adquiridos	36 917 698	7 219 936
Provisão matemática do ramo Vida	7 357 500	-
Provisão para sinistros	36 776 371	24 904 743
	81 051 569	32 124 679



A 31 de Dezembro de 2019, os valores da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido, da provisão para sinistros de resseguro cedido e da provisão matemática de resseguro cedido apresentam a seguinte decomposição por ramos:

	2019		
	PPNA	Provisão matemática do ramo Vida	Provisão para sinistros
Vida	25 472	7 357 500	-
Acidentes de Trabalho	593 821	-	-
Acidentes Pessoais e Doença	987 834	-	5 527 646
Incêndio e Elementos da Natureza	28 792 885	-	9 097 796
Automóvel	2 800 891	-	-
Transportes	380 393	-	(52 193)
Responsabilidade Civil Geral	2 824 470	-	309 677
Diversos	511 932	-	21 893 445
	36 917 698	7 357 500	36 776 371

A 31 de Dezembro de 2018, os valores da provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido e da provisão para sinistros de resseguro cedido apresentavam a seguinte decomposição:

	2018	
	PPNA	Provisão para sinistros
Vida	35 978	-
Acidentes de Trabalho	304 002	1 651 416
Acidentes Pessoais e Doença	380 515	273 881
Incêndio e Elementos da Natureza	1 484 184	1 239 435
Automóvel	3 513 884	27 934
Transportes	364 033	(82 173)
Responsabilidade Civil Geral	864 285	248 377
Diversos	273 055	21 545 873
	7 219 936	24 904 743



4.8. Outros devedores por operações de seguro directo e outras operações

Os valores a receber por operações de seguro directo são analisados como segue:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Tomadores e mediadores de seguros	464.214.025	464.214.025
Parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro	90.231.736	47.493.708
Outros Custos	53.594.854	46.315.827
Fornecimentos e Serviços Externos	<i>608.040.615</i>	<i>558.023.560</i>
Imparidades em valores a receber	<i>(68.226.526)</i>	<i>(79.664.520)</i>
	<i>539.814.089</i>	<i>478.359.040</i>

A rubrica de tomadores e mediadores de seguros inclui um montante de 233.182.124 meticais, correspondente à responsabilidade da MSC - Mediterranean Shipping Company no processo de sinistro envolvendo o segurado Emodraga, na fundada expectativa da celebração de um acordo extrajudicial entre a Companhia e aquela entidade.

A evolução do ajustamento de recibos de prémio por cobrar e outros valores a receber apresenta-se como segue:

	31-Dez-19		31-Dez-18	
	Prémios por cobrar	Outros valores a receber	Prémios por cobrar	Outros valores a receber
A 1 de Janeiro	71 740 933	7 923 587	63 103 889	7 987 095
Reforço	874 680	22 636	11 567 090	50 472
Redução	(12 194 322)	(140 988)	(2 930 046)	(113 980)
A 31 de Dezembro	<i>60 421 291</i>	<i>7 805 235</i>	<i>71 740 933</i>	<i>7 923 587</i>
	<i>68 226 526</i>		<i>79 664 520</i>	



4.9. Provisões técnicas de seguro directo

A rubrica de provisões técnicas de seguro directo é analisada como segue:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Provisão para prémios não adquiridos	132 550 128	66 009 992
Provisão matemática do ramo Vida	9 810 000	
Provisão para sinistros	83 068 591	117 228 358
Provisão para desvios de sinistralidade	16 766 119	16 066 577
Provisão para riscos em curso	28 433 080	2 273 287
	270 627 918	201 578 214

A 31 de Dezembro de 2019, a decomposição por ramos das provisões técnicas é a seguinte:

	PPNA	Provisão matemática do ramo Vida	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para riscos em curso
Vida	1 421 837	9 810 000	30 917	162 012	-
Acidentes de Trabalho	15 545 503		22 890 000	-	-
Acidentes Pessoais e Doença	922 397		3 301 034	-	-
Incêndio e Elementos da Natureza	37 166 455		39 462 474	10 056 861	24 654 602
Automóvel	70 272 453		14 401 734	-	-
Transportes	1 030 042		231 790	-	3 778 478
Responsabilidade Civil Geral	4 403 917		1 229 098	-	-
Diversos	1 787 524		1 521 544	6 547 246	-
	132 550 128	9 810 000	83 068 591	16 766 119	28 433 080

A 31 de Dezembro de 2018, a decomposição por ramos das provisões técnicas era a seguinte:

	PPNA	Provisão para sinistros	Provisão para desvios de sinistralidade	Provisão para riscos em curso
Vida	1 584 563	32 463	106 974	-
Acidentes de Trabalho	12 385 954	40 646 042	-	-
Acidentes Pessoais e Doença	(14 207 926)	2 987 546	-	-
Incêndio e Elementos da Natureza	16 801 371	7 384 116	6 547 246	-
Automóvel	46 071 378	42 918 761	-	-
Transportes	617 077	833 755	-	263 420
Responsabilidade Civil Geral	1 395 736	2 429 746	-	-
Diversos	1 361 839	19 995 929	9 412 357	2 009 867
	66 009 992	117 228 358	16 066 577	2 273 287



4.10. Empréstimos bancários

A rubrica de empréstimos bancários apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Conta corrente caucionada	43 169 367	17 340 520
	<u>43 169 367</u>	<u>17 340 520</u>

O saldo desta rubrica corresponde a um financiamento na modalidade de Conta Corrente Caucionada até ao limite de 50.000.000 meticais contratado junto do Banco Comercial e de Investimentos para apoio à tesouraria. Este financiamento rende juros a uma taxa 13,5%, por ano. Como garantia do bom e pontual pagamento foi penhorado 1 depósito a prazo no valor de 44.347.424 Meticais.

4.11. Outros credores por operações de seguro directo e outras operações

A rubrica de outros credores apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-Dez-19</u>	<u>31-Dez-18</u>
Valores a pagar por operações de seguro directo	40 900 024	58 269 572
Valores a pagar por operações de resseguro		
Resseguradoras	237 811 630	210 184 369
Valores a pagar por outras operações	37 422 336	11 080 790
	<u>316 133 990</u>	<u>279 534 731</u>

A rubrica de Resseguradores inclui o montante de 155.462.522 meticais a favor dos resseguradores resultante da expectativa do direito de regresso junto da MSC - Mediterranean Shipping Company (Nota 4.8). Importa referir que este montante corresponde a 66,67% da quota do risco assumido pelos resseguradores no seguro da Emodraga.



4.12. Capital social

O Capital Social da Moçambique, Companhia de Seguros encontra-se subscrito consoante a seguinte estrutura societária:

Accionista	31-Dez-18			Aumento		31-Dez-19		
	Número de ações	Valor Nominal	% participação	Número de ações	Valor Nominal	Número de ações	Valor Nominal	% participação
GCP – Soc. de Gestão e Controlo de Part. Sociais	451 417	45 141 735	27,42%	-	-	451 417	45 141 735	26,95%
Montepio Geral – Associação Mutualista	360 096	36 009 611	21,87%	9 494	949 400	369 590	36 959 011	22,07%
Lusitania – Companhia de Seguros, SA	318 087	31 808 662	19,32%	12 822	1 282 212	330 909	33 090 874	19,76%
Sociedade Nacional de Invest. Financeiros, SA	167 500	16 750 000	10,17%	6 253	625 300	173 753	17 375 300	10,37%
Caixa Económica Montepio Geral	167 192	16 719 180	10,15%	-	-	167 192	16 719 180	9,98%
INSS – Instituto Nac. De Segurança Social	70 687	7 068 690	4,29%	-	-	70 687	7 068 690	4,22%
Grupo Visabeira, SGPS	49 909	4 990 910	3,03%	-	-	49 909	4 990 910	2,98%
W&W – Consultoria e Investimentos, Lda	19 963	1 996 300	1,21%	-	-	19 963	1 996 300	1,19%
Parups, S.A	14 850	1 485 000	0,90%	-	-	14 850	1 485 000	0,89%
Eng. Luís Marques dos Santos	11 880	1 188 000	0,72%	-	-	11 880	1 188 000	0,71%
Raminiklal Jamonadás	8 910	891 000	0,54%	-	-	8 910	891 000	0,53%
Dr. Hiteshkumar Raminiklal	5 940	594 000	0,36%	-	-	5 940	594 000	0,35%
	1 646 431	164 643 088	100,00%	28 569	2 856 912	1 675 000	167 500 000	100,00%

O aumento verificado nesta rubrica resulta de uma decisão da Assembleia Geral realizada a 18 de Abril de 2018, na qual foi deliberado o aumento de capital social no montante de 67.500.000 meticais. Durante o ano de 2019 foi efectuado o rateio das ações remanescentes, tendo sido subscrita a totalidade do capital. Do montante total subscrito, até 31 de Dezembro de 2019 foram realizados 53.508.544 Meticais correspondentes a 79,27%% do capital subscrito.

4.13. Reservas

Reservas de reavaliação

São registados nesta rubrica os valores resultantes de reajustamentos de imóveis ao seu justo valor.

Reserva legal

De acordo com o Decreto-Lei n.º 1/2010, de 31 de Dezembro, as companhias de seguros devem obrigatoriamente constituir uma reserva legal a partir dos lucros líquidos apurados em cada exercício económico nos seguintes termos:

- 20% até que o valor acumulado da reserva represente metade do capital social mínimo aplicável à Companhia; e



- b) 10% a partir do momento em que tenha sido atingido o montante referido na alínea anterior, até à concorrência do capital social.

De acordo com o Decreto nº 39/2018, de 5 Julho, o capital social mínimo aplicável à MCS é de 295 milhões de meticaís. Este capital deverá ser integralmente subscrito e realizado até ao ano de 2021.

As reservas legais, representam actualmente 7,98% daquele valor.

Reserva estatutária

São constituídas anualmente, de acordo com os estatutos da Companhia, em 5% do lucro líquido anual.

Outras reservas

Nesta rubrica estão registadas as Reservas Livres, as quais resultam de resultados positivos, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos accionistas.

4.14. Prémios, líquidos de resseguro

Os prémios, líquidos de resseguro, decompõem-se por ramo como segue:

	2019			2018		
	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro	Prémios brutos emitidos	Prémios de resseguro cedido	Prémios líquidos de resseguro
Vida	878 464	(132 736)	745 728	1 035 579	139 346	1 174 925
Acidentes de Trabalho	38 547 952	(1 444 265)	37 103 687	46 077 421	(1 727 903)	44 349 518
Acidentes Pessoais e Doença	106 973 791	(54 854 666)	52 119 125	50 528 707	(39 098 649)	11 430 058
Incêndio e Elementos da Natureza	110 486 596	(102 041 508)	8 445 088	127 944 107	(107 106 128)	20 837 979
Automóvel	120 490 397	(4 435 165)	116 055 232	169 485 619	(6 355 809)	163 129 810
Transportes	1 378 224	(853 252)	524 972	4 575 737	(2 691 253)	1 884 484
Responsabilidade Civil	12 811 857	(10 102 988)	2 708 869	11 734 004	(10 063 580)	1 670 424
Diversos	5 236 461	(2 502 621)	2 733 840	3 668 963	(1 490 192)	2 178 771
	396 803 742	(176 367 201)	220 436 541	415 050 137	(168 394 168)	246 655 969



4.15. Custos com sinistros, líquidos de resseguro

Os custos com sinistros, antes da imputação dos gastos gerais, apresentam a seguinte decomposição por ramo:

Ramo	2019			2018		
	De seguro directo	De resseguro cedido	Líquido	De seguro directo	De resseguro cedido	Líquido
Vida	183.649	-	183.649	46.280	-	46.280
Acidentes de Trabalho	5 382 412	(5 544 721)	(162 309)	28 895 336	(7 407 787)	21 487 549
Acidentes Pessoais e Doença	51 126 326	(66 917 869)	(15 791 543)	3 005 344	(6 027 106)	(3 021 762)
Incêndio e Elementos da Natureza	411.893.197	(364 869 253)	47 023 944	(5 047 501)	10.763.893	5 716 392
Automóvel	17 145 551	(1 342 753)	15 802 798	71 494 121	(7 580 492)	63 913 629
Transportes	(43 592)	(122 407)	(165 999)	1 052 002	(769 462)	282 540
Responsabilidade Civil Geral	(577 674)	(454 140)	(1 031 814)	2 177 114	(135 950)	2 041 164
Diversos	9 277 959	(14 361 765)	(5 083 806)	21 604 414	(14 422 608)	7 181 806
Rácio Global	494.387.828	(453 612 908)	40.774.920	123.227.110	(14 422 608)	97.647.598

4.16. Gastos de exploração, líquidos de resseguro

Antes da imputação dos custos, os gastos com comissões e as comissões de resseguro apresentam a seguinte decomposição por ramo:

	2019		2018	
	Comissões a mediadores	Comissões de resseguradores	Comissões a mediadores	Comissões de resseguradores
Vida	106 804	-	125 085	-
Acidentes de Trabalho	5 062 557	1 413 673	5 466 552	595 780
Acidentes Pessoais e Doença	11 472 190	(14 721 279)	4 474 414	(4 323 502)
Incêndio e Elementos da Natureza	6 566 239	(8 306 621)	11 357 325	(12 889 419)
Automóvel	12 892 323	193 658	17 869 399	1 062 556
Transportes	170 536	(214 109)	814 897	(1 177 089)
Responsabilidade Civil	999 099	(938 664)	834 742	(1 881 466)
Diversos	733 042	(1 009 761)	430 089	(634 813)
	38 002 790	(23 583 103)	41 372 503	(19 247 953)



Os gastos administrativos são analisados como segue:

	2019	2018
Gastos com o pessoal		
Remunerações dos Órgãos Sociais	10 298 653	12 604 990
Remunerações do Pessoal	40 142 950	47 814 887
Encargos sobre remunerações	1 731 432	2 353 515
Cursos de Formação	551 140	281 077
Comparticipação nas despesas hospitalares	15 048	60 192
Indemnização por cessação de contrato de trabalho	-	3 968 992
Outros	223 801	103 920
Fornecimento e serviços de terceiros		
Água e Electricidade	1 629 431	1 174 505
Trabalhos Especializados	9 666 090	10 603 173
Publicidade e Propaganda	2 893 591	1 925 975
Artigos para Oferta	557 386	1 417 590
Rendas e Alugueres	7 265 288	8 155 303
Conservação e Reparação	6 506 565	6 403 645
Comunicação	2 056 905	2 549 538
Deslocações e Estadas	4 583 175	4 646 122
Seguros	7 457 875	6 182 119
Vigilância e Segurança	2 916 452	3 161 827
Combustíveis	2 186 609	1 812 068
Material de Escritório	5 247 547	3 222 522
Despesas de alimentação	557 235	677 509
Outros fornecimentos e serviços de terceiros	1 820 120	2 566 545
Impostos e taxas	739 911	1 022 182
Depreciações e amortizações do exercício	5 824 565	5 941 571
Comissões	160	2 054
	<u>114 871 929</u>	<u>128 651 821</u>



A imputação dos gastos gerais por funções foi feita da seguinte forma:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Sinistros	1 022 856	1 145 528
Aquisição	19 222 933	21 528 345
Administrativa	94 616 616	105 964 013
Investimentos	9 524	13 935
	<u>114 871 929</u>	<u>128 651 821</u>

4.17. Outros rendimentos e gastos não técnicos

Os outros rendimentos e gastos não técnicos analisam-se como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
<u>Outros rendimentos não técnicos</u>		
Diferenças de câmbio favoráveis	2 726 667	5 890 558
Outros rendimentos não técnicos	25 055 730	1 992 408
	<u>27 782 397</u>	<u>7 882 966</u>
<u>Outros gastos não técnicos</u>		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	4 385 630	5 241 724
Juros suportados	5 073 288	4 493 685
Quotas	458 500	500 776
Outros gastos não técnicos	4 144 580	2 756 110
	<u>14 061 998</u>	<u>12 992 295</u>
	<u>13 720 399</u>	<u>(5 109 329)</u>

A rubrica de juros suportados corresponde aos custos do financiamento contratado junto do Banco Comercial e de Investimentos na modalidade de Conta Corrente Cauçionada (Nota 4.10).



4.18. Impostos sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento decompõem-se da seguinte forma:

	2019	2018
Imposto corrente	(4 350 475)	(2 298 705)
Imposto diferido	220 548	269 047
	(4 129 927)	(2 029 658)

O imposto corrente é determinado com base nas taxas de impostos em vigor para cada exercício fiscal.

A reconciliação entre o imposto corrente e o imposto diferido da MCS com referência aos anos de 2019 e 2018, bem como o movimento dos impostos diferidos encontram-se traduzidos nos quadros seguintes:



	2019		2018	
	Taxa de imposto	Valor	Taxa de imposto	Valor
Resultado antes de imposto		10 896 328		21 769 161
Imposto a pagar à taxa normal	32,00%	3 486 825	32,00%	6 966 132
Correcções fiscais - A acrescentar				
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	3,23%	351 910	1,63%	354 194
Despesas ilícitas, prémios de seguros e contribuições	0,00%	-	0,00%	-
Mais valias fiscais	0,00%	-	0,00%	-
Donativos	0,00%	-	0,00%	-
Multas	0,00%	41	0,06%	12 100
50% de ajudas de custo	0,32%	34 537	0,16%	35 592
Menos valias contabilísticas	0,27%	29 744	0,53%	116 412
80% das despesas de representação	0,00%	-	0,97%	211 429
Variações patrimoniais negativas não reflectidas no resultado	0,00%	-	0,00%	-
Despesas confidenciais e/ou não documentadas	0,00%	-	0,00%	-
Aluguer de viaturas sem condutor	0,00%	-	0,00%	-
50% dos encargos com viaturas ligeiras de passageiros	6,04%	657 689	2,69%	584 541
Ofertas	0,00%	-	0,00%	-
Publicidade	0,00%	-	0,00%	-
Correções relativas a exercícios anteriores	0,00%	-	0,00%	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	0,00%	-	0,00%	-
Realização de utilidade social não enquadráveis	0,04%	4 815	0,09%	19 258
Reposição de diferenças de câmbio não tributadas	0,00%	-	0,00%	-
Ajustamentos de diferenças	0,00%	-	0,00%	-
Ajustamentos de provisões referentes a exercícios anteriores	0,00%	-	0,00%	-
Correcções fiscais - A deduzir				
Menos valias fiscais	1,33%	144 512	0,22%	48 000
Formação profissional	0,00%	-	0,69%	-
Prejuízos fiscais deduzidos	0,00%	-	26,95%	5 866 857
Reposição de diferenças de câmbio tributadas	0,00%	-	0,00%	-
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	0,00%	-	0,00%	-
Impostos diferidos	0,65%	70 575	0,40%	86 095
(Prejuízo)/Lucro tributável	39,93%	4 350 475	10,56%	2 298 705
Imposto apurado		4 350 475		2 298 705
Pagamentos especial por conta de IRPC		100 000		130 000
Retenção na fonte de IRPC				40 790
Pagamentos por conta de IRPC		1 838 964		
		1 938 964		170 790
Imposto corrente a pagar/(receber)		2 411 511		2 127 915

Com referência a 31 de Dezembro de 2019, a Companhia apresenta lucros fiscais no montante de 13.858.180 Meticais.



O movimento no imposto diferido activo e passivo foi como segue:

31-Dez-18	Fundos próprios		Ganhos e perdas		31-Dez-19
	Aumento	Redução	Perdas	Ganhos	
Activos por impostos diferidos					
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliação do edifício de uso próprio	10 472 594	1 212 184	-	(220 548)	-
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	48 498	-	-	-	48 498
	10 521 092	1 212 184	-	(220 548)	-
<i>Impacto nos Ganhos e Perdas</i>			(220 548)		

A 31 de Dezembro de 2018, o movimento nos activos e passivos por impostos diferidos foi como segue:

31-Dez-17	Fundos próprios		Ganhos e perdas		31-Dez-18
	Aumento	Redução	Perdas	Ganhos	
Activos por impostos diferidos					
Diferenças de câmbio desfavoráveis não realizadas	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-
Passivos por impostos diferidos					
Reavaliação do edifício de uso próprio	10 741 640	-	-	(269 047)	-
Diferenças de câmbio favoráveis não realizadas	48 498	-	-	-	48 498
	10 790 138	-	-	(269 047)	-
<i>Impacto nos Ganhos e Perdas</i>			(269 047)		

Os impostos correntes decompõem-se da seguinte forma:

	31-Dez-19	31-Dez-18
<u>Activos por impostos correntes</u>		
Pagamentos por conta e retenções efectuadas por terceiros	1 938 964	130 000
Imposto sobre rendimentos de capitais retidos na fonte (IRPC)	-	262 118
Outros	465 313	1 021 914
	2 404 277	1 414 032



	31-Dez-19	31-Dez-18
<i><u>Passivos por impostos correntes</u></i>		
Imposto sobre o lucro do exercício (IRPC)	4 350 475	2 298 705
Imposto do selo	11 498 057	12 753 832
Retenção na fonte (IRPS)	1 266 887	1 060 074
Segurança social (INSS)	326 861	464 209
Sobretaxa	703 085	-
Outros	-	623 610
	18 145 365	17 200 430

4.19. Acréscimos e diferimentos

A rubrica de acréscimos e diferimentos apresenta a seguinte decomposição:

	31-Dez-19	31-Dez-18
<i><u>Acréscimos e diferimentos</u></i>		
Seguros	66 543	291 863
Outros custos diferidos	157 170	256 314
Prémios antecipados	9 595 648	-
	9 819 361	548 177
<i><u>Acréscimos e diferimentos</u></i>		
Prémios antecipados	-	1 492 630
Férias e subsídio de férias	6 904 441	7 200 716
Outros acréscimos de custos	1 488 509	1 438 164
Outros Proveitos diferidos	4 800	-
	8 397 750	10 131 510
	1 421 611	(9 583 333)

4.20. Outras provisões

Não existem provisões a reportar a 31 de Dezembro de 2019, para além das descritas nas Notas anteriores.



4.21. Justo valor dos instrumentos financeiros

O justo valor dos depósitos a prazo é baseado em fluxos de caixa descontados, usando taxas de juro do mercado activo para títulos de crédito semelhantes e com a mesma maturidade. Para os títulos cotados, o justo valor é determinado com base em cotações do mercado activo. Para os títulos cujas cotações não estão disponíveis no mercado activo, é usado o modelo de fluxo de caixa descontado apropriado para o período remanescente até ao vencimento.

A tabela abaixo compara o justo valor dos instrumentos financeiros com a respectiva quantia escriturada:

	31-Dez-18		31-Dez-17	
	Custo	Justo valor	Custo	Justo valor
Activos financeiros				
Empréstimos e contas a receber	69 420 626	66 930 800	31 761 543	30 396 730
Investimentos a deter até à maturidade	1 500 000	1 485 590	1 500 000	1 154 307
Devedores por operações de seguros e outras	539 814 089	534 628 196	538 191 999	532 349 445
	<u>610 734 715</u>	<u>603 044 586</u>	<u>571 453 542</u>	<u>563 900 482</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos bancários	43 169 367	36 916 396	17 340 520	14 610 991
Credores por operações de seguros e outras	316 133 990	270 342 799	279 534 731	235 533 853
	<u>359 303 357</u>	<u>307 259 195</u>	<u>296 875 251</u>	<u>250 144 844</u>

A Companhia enquadrou o justo valor dos seus activos e passivos financeiros de acordo com os seguintes níveis:

- Nível 1 – Justo valor determinado com base na cotação em mercado activo,
- Nível 2 – Justo valor determinado com base em variáveis não incluídos no nível 1, mas que sejam observáveis em mercado activo, directa ou indirectamente,
- Nível 3 – Justo valor dos activos e passivos determinado a partir de variáveis que não são baseadas em informação observável no mercado.



A tabela seguinte resume, para cada classe de activo, o nível de determinação do justo valor considerado para os instrumentos financeiros:

	31-Dez-19			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros				
Empréstimos e contas a receber	-	66 930 800	-	66 930 800
Investimentos a deter até à maturidade	-	1 485 590	-	1 485 590
Devedores por operações de seguros e outras	-	-	534 628 196	534 628 196
Total de activos financeiros	-	68 416 390	534 628 196	603 044 586
Passivos financeiros				
Empréstimos bancários	-	36 916 396	-	36 916 396
Credores por operações de seguros e outras	-	-	270 342 799	270 342 799
Total de passivos financeiros	-	36 916 396	270 342 799	307 259 195
	31-Dez-18			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Activos financeiros				
Empréstimos e contas a receber	-	30 396 730	-	30 396 730
Investimentos a deter até à maturidade	-	1 154 307	-	1 154 307
Devedores por operações de seguros e outras	-	-	532 349 445	532 349 445
Total de activos financeiros	-	31 551 037	532 349 445	563 900 482
Passivos financeiros				
Empréstimos bancários	-	14 610 991	-	14 610 991
Credores por operações de seguros e outras	-	-	235 533 853	235 533 853
Total de passivos financeiros	-	14 610 991	235 533 853	250 144 844

4.22. Partes relacionadas

A cedência do risco de seguro pela MCS é feita, na sua maioria, através da Lusitania.

As transacções e saldos entre as duas entidades sumarizam-se como segue:

	31-Dez-19	31-Dez-18
Prémios de resseguro cedido	15 187 896	33 143 910
Comissões de resseguro cedido	3 700 619	7 802 540
Parte do ressegurador nos custos com sinistros	7 231 152	29 704 461
Participação nos resultado	(11 567 274)	2 187 493
Conta corrente	15 823 399	(6 550 584)



Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave da gestão ascenderam, em 2019, a 10.298.653 meticais. Em 2018, os valores foram de 12.604.990 meticais.

4.23. Compromissos e contingências

Relativos às locações financeiras

Não existem contingências e/ou compromissos a reportar, a 31 de Dezembro de 2019, para além dos descritos nas Notas anteriores.

4.24. Natureza das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro, activos de resseguro e restantes instrumentos financeiros

Risco Específico de Seguros

O Risco Específico de Seguros é o risco inerente à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de actividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- Risco de Desenho dos Produtos: risco da empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos, não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato;
- Risco de Prémios: relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. Risco de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarificação);
- Risco de Subscrição: risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a selecção e aprovação dos riscos a segurar;
- Risco de Provisionamento: risco de as provisões constituídas para sinistros se revelarem insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos;
- Risco de Sinistralidade: risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado ou que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas;



- Risco de Retenção: risco de uma maior retenção de riscos (menor protecção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada;
- Risco Catastrófico: resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente associado a calamidades naturais (terramotos, furacões e inundações). É o risco de um evento único ou uma série de eventos, de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), provocarem um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

O Risco Específico de Seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pela Companhia de Seguros são transferidos para uma resseguradora ou um conjunto de resseguradoras.

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão directa ou indirectamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas, face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como riscos catastróficos.

O risco de prémios ou de subtarifação é controlado por modelos actuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela protecção dos respectivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que, a MCS tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos.

Com o intuito de verificar o ajustamento das estimativas de sinistros não declarados, em 2019, aos valores efectivamente verificados, deverá ser consultado o Anexo 2.



Na tabela seguinte apresenta-se a comparação entre os principais rácios de sinistralidade líquida de resseguro da MCS:

Ramo	31-Dez-19	31-Dez-18
Vida	27,26%	10,79%
Acidentes de Trabalho	-0,25%	40,98%
Acidentes Pessoais e Doença	-37,80%	-7,33%
Incêndio e Elementos da Natureza	615,43%	25,26%
Automóvel	17,26%	34,48%
Transportes	-212,86%	14,85%
Responsabilidade Civil Geral	-10,72%	100,34%
Diversos	-206,56%	195,81%
Rácio Global	23,25%	34,08%

Risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional

A MCS está exposta a uma variedade de riscos através dos seus activos financeiros, activos de resseguro e passivos financeiros. Podemos considerar, em sentido lato, que todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por poderem resultar em perdas económicas e na deterioração dos níveis de solvência. Paralelamente a esta consideração, o risco financeiro a que a Companhia está exposta corresponde à incapacidade potencial de cumprir com as suas responsabilidades, caso os rendimentos gerados pelos activos não cubram as obrigações decorrentes dos contratos de seguro.



O quadro que se segue compara as responsabilidades assumidas com os activos por tipologia a 31 de Dezembro de 2019:

<u>Provisões técnicas, líquidas de resseguro</u>	<u>Vida</u>	<u>Acidentes de Trabalho</u>	<u>Outros ramos</u>	<u>Total</u>
Seguro directo	9 840 917	37 204 486	223 582 515	270 627 918
Resseguro cedido	(7 357 500)	(536 757)	(73 157 312)	(81 051 569)
Valor líquido	2 483 417	36 667 729	150 425 203	189 576 349

<u>Activos a representar provisões técnicas, líquidas de resseguro</u>	<u>Vida</u>	<u>Acidentes de Trabalho</u>	<u>Outros ramos</u>	<u>Total</u>
Obrigações	1 500 000	-	-	1 500 000
Bilhetes de tesouro	-	-	-	-
Edifícios	-	-	64 003 859	64 003 859
Activos tangíveis, líquidos de depreciações e perdas por imparid	-	8 355 926	-	8 355 926
Depósitos a prazo	1 008 475	22 988 234	-	23 996 709
Prémios à cobrança directos (antiguidade inferior a 60 dias)	108 142	3 052 593	22 987 542	26 148 277
Caixa e disponibilidades	-	2 494 573	8 471 998	10 966 571
Total	2 616 617	36 891 326	95 463 398	134 971 342

Rácio de Cobertura	105,36%	100,61%	63,46%	71,20%
--------------------	----------------	----------------	---------------	---------------

Existe um conjunto de riscos directamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções de investimento, financiamento e a gestão integrada dos activos e passivos financeiros, não directamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros a que a Companhia está exposta são:

- Risco de mercado: deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros relacionados com as variações dos mercados cambiais, dos mercados de acções, das taxas de juro, do valor do imobiliário e do nível de concentração. O risco de mercado inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos.

Na MCS a gestão do risco de mercado respeita as regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente e pauta-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

As principais componentes dos riscos financeiros são os riscos de taxa de juro, taxa de câmbio e os riscos de crédito.



Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de fluxos monetários futuros, de um instrumento financeiro, poderem flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. Por outro lado, o risco do justo valor da taxa de juro é o risco de um valor, de um determinado instrumento financeiro, flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição da MCS ao risco de taxa de juro prende-se, essencialmente, com os empréstimos de taxa de juro variável negociados pela Companhia.

A política da MCS passa pela dispersão dos seus activos e passivos financeiros a várias moedas, a fim de não concentrar todo o risco de taxa de juro numa só moeda.

Os instrumentos financeiros da MCS, cuja exposição ao risco de taxa de juro é significativa são os depósitos a prazo, os bilhetes de tesouro e as obrigações corporativas. Para estes, as tabelas abaixo sumarizam a exposição da Companhia ao risco de taxa de juro, a 31 de Dezembro de 2019 e a 31 de Dezembro de 2018, assim como o impacto nos resultados da Companhia por oscilações nas taxas de juro:

Exposição ao risco da taxa de juro

	31-Dez-19				
	Total	MZN	USD	ZAR	EUR
<u>Activos</u>					
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	68 344 133	48 029 624	16 336 364	3 978 145	-
Investimentos a deter até a maturidade	1 541 969	1 541 969	-	-	-
Total	69 886 102	49 571 593	16 336 364	3 978 145	-
<u>Passivos</u>					
Empréstimos bancários	43 169 367	43 169 367	-	-	-
Total	43 169 367	43 169 367	-	-	-
Posição Líquida	26 716 735	6 402 226	16 336 364	3 978 145	-

	Aumento /Diminuição em pontos base	Impacto no resultado antes de imposto
2019		
Maibor	+200	406 290
Maibor	-200	(406 290)
Libor	+25	50 786
Libor	-25	(50 786)



	31-Dez-18			
	Total	MZN	USD	ZAR
Activos				
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	31 761 543	9 647 927	20 518 990	1 594 626
Investimentos a deter até a maturidade	1 540 993	1 540 993	-	-
Total	33 302 536	11 188 920	20 518 990	1 594 626
Passivos				
Empréstimos bancários	17 340 520	17 340 520	-	-
Total	17 340 520	17 340 520	-	-
Posição Líquida	15 962 016	(6 151 600)	20 518 990	1 594 626

	Aumento /Diminuição em pontos base	Impacto no resultado antes de imposto
2018		
Maibor	+200	442 272
Maibor	-200	(442 272)
Libor	+25	55 284
Libor	-25	(55 284)

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco do justo valor ou dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro vir a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras da MCS podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais, nomeadamente para as divisas MZN/USD, MZN/ZAR e MZN/EUR. A MCS procura atenuar os efeitos de exposição a moedas estrangeiras, efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

As tabelas abaixo sumarizam a exposição da Companhia ao risco de taxa de câmbio, a 31 de Dezembro de 2019 e a 31 de Dezembro de 2018, bem como o impacto nos resultados da Companhia por oscilações nas taxas de câmbio:



Exposição ao risco da taxa de câmbio

	31-Dez-19				
	Total	MZN	USD	ZAR	EUR
Activos					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	10 966 571	9 368 867	1 594 425	3 279	-
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	68 344 133	48 029 624	16 336 364	3 978 145	-
Valores a receber por operações de seguro e outras operações	539 814 089	449 307 652	89 988 193	518 244	-
Total	619 124 793	506 706 143	107 918 982	4 499 668	-
Passivos					
Empréstimos bancários	43 169 367	43 169 367	-	-	-
Valores a pagar por operações de seguro e outras operações	316 133 990	265 747 053	50 383 354	3 583	-
Total	359 303 357	308 916 420	50 383 354	3 583	-
Posição Líquida	259 821 436	197 789 722	57 535 628	4 496 085	-

Aumento /Diminuição **Efeito em resultados**

2019

Dólares americanos	+20	11 507 126
Dólares americanos	-20	(11 507 126)
Randes sul africanos	+20	899 217
Randes sul africanos	-20	(899 217)
Euros	+20	-
Euros	-20	-

	31-Dez-18				
	Total	MZN	USD	ZAR	EUR
Activos					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	9 488 406	6 740 369	2 193 088	554 949	-
Empréstimos e contas a receber - Outros depósitos	31 761 543	9 647 927	20 518 990	1 594 626	-
Valores a receber por operações de seguro e outras operações	538 191 999	447 769 237	89 936 423	486 339	-
Total	579 441 948	464 157 533	112 648 501	2 635 914	-
Passivos					
Empréstimos bancários	17 340 520	17 340 520	-	-	-
Valores a pagar por operações de seguro e outras operações	279 534 731	234 981 158	44 550 405	3 168	-
Total	296 875 251	252 321 678	44 550 405	3 168	-
Posição Líquida	282 566 697	211 835 855	68 098 096	2 632 746	-

Aumento /Diminuição **Efeito em resultados**

2018

Dólares americanos	+20	13 619 619
Dólares americanos	-20	(13 619 619)
Randes sul africanos	+20	526 549
Randes sul africanos	-20	(526 549)
Euros	+20	-
Euros	-20	-



Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da MCS incorrer em perdas, pelo não cumprimento de obrigações de contrapartes. As principais áreas em que a Companhia se encontra exposta ao risco de crédito são:

- Parte dos resseguradores nas responsabilidades por contratos de seguro;
- Valores a receber de tomadores de seguro por contratos de seguro;
- Risco das contrapartes relativamente aos instrumentos de dívida e aos saldos em bancos.

O risco cedido pela Companhia é, na sua grande maioria, colocado na Lusitania Companhia de Seguros, accionista da MCS, empresa integrada no grupo Montepio.

O risco de crédito associado a instrumentos de dívida detidos pela Companhia é reduzido e está de acordo com as regras de diversificação determinadas pelo ISSM. A MCS apenas detém títulos de dívida pública e obrigações corporativas.

O risco de crédito associado aos empréstimos e contas a receber, excluindo os Prémios à cobrança onde a empresa apresenta níveis de ajustamentos historicamente prudentes, é reduzido uma vez que apresentam maturidades reduzidas.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da MCS não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos. Para limitar este risco, a Gestão recorre a diversas fontes e gere os activos de acordo com a sua liquidez, monitorizando, periodicamente, os fluxos de caixa futuros e a sua liquidez.

A natureza da actividade seguradora tem implícita a impossibilidade de prever, com certeza, os fundos necessários para cobrir as responsabilidades. Desta forma, a Companhia avalia o valor e a maturidade das suas responsabilidades através do recurso a métodos estatísticos e com base na experiência anterior.

O objectivo da MCS é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e a sua flexibilidade através da utilização de Contas correntes caucionadas.



A tabela abaixo sumariza a maturidade dos instrumentos financeiros da Companhia a 31 de Dezembro de 2019 e a 31 de Dezembro de 2018:

Exposição ao risco de crédito

	31-Dez-19				Total
	0-1 Ano	1-3 Anos	+3 Anos	Sem Maturidade	
Activos Financeiros					
Caixa e equivalentes em caixa	10 966 571	-	-	-	10 966 571
Depósitos a prazo	68 344 133	-	-	-	68 344 133
Investimentos a deter até maturidade	-	-	-	-	-
Valores a receber por operações de seguro directo	403 792 734	-	-	-	403 792 734
Valores a receber por operações de resseguro	90 231 736	-	-	-	90 231 736
Valores a receber por outras operações	45 789 619	-	-	-	45 789 619
Total	619 124 793	-	-	-	619 124 793
Passivos Financeiros					
Valores a pagar por operações de seguro directo	40 900 024	-	-	-	40 900 024
Valores a pagar por operações de resseguro	237 811 630	-	-	-	237 811 630
Valores a pagar por outras operações	37 422 336	-	-	-	37 422 336
Total	316 133 990	-	-	-	316 133 990

	31-Dez-18				Total
	0-1 Ano	1-3 Anos	+3 Anos	Sem Maturidade	
Activos Financeiros					
Caixa e equivalentes em caixa	9 488 404	-	-	-	9 488 404
Depósitos a prazo	31 761 543	-	-	-	31 761 543
Investimentos a deter até maturidade	-	1 540 993	-	-	1 540 993
Valores a receber por operações de seguro directo	452 306 051	-	-	-	452 306 051
Valores a receber por operações de resseguro	47 493 708	-	-	-	47 493 708
Valores a receber por outras operações	38 392 240	-	-	-	38 392 240
Total	579 441 946	1 540 993	-	-	580 982 939
Passivos Financeiros					
Valores a pagar por operações de seguro directo	58 269 572	-	-	-	58 269 572
Valores a pagar por operações de resseguro	210 184 369	-	-	-	210 184 369
Valores a pagar por outras operações	11 080 790	-	-	-	11 080 790
Total	279 534 731	-	-	-	279 534 731

4.25. Acontecimentos após a data de balanço

No início do mês de Março a Organização Mundial da Saúde declarou como pandémica a propagação do coronavírus - COVID-19, com epicentro na China, em Dezembro de 2019. Desde então, todos os países têm adoptado diversas medidas de segurança, das quais podemos destacar o encerramento de fronteiras e a permanência em quarentena, factor que tem causado acentuada desaceleração da economia mundial.

Embora não esteja reflectido nas presentes demonstrações financeiras, a Administração acredita que a desaceleração da economia poderá resultar em perdas para a actividade seguradora. No entanto, ainda não é possível determinar o montante das perdas dado que a situação está longe de estabilizada.

**Anexos****INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS**

Ano: 2019
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 4000 81 263

Anexo 1
Valores em Meticais

DESIGNAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR NOMINAL	% DO VALOR NOMINAL	PREÇO MÉDIO AQUISIÇÃO	VALOR TOTAL AQUISIÇÃO	VALOR DE BALANÇO	
						UNITÁRIO	TOTAL
1 - Nacionais							
1.1 - Títulos Cotados							
1.1.1 - Títulos de rendimento fixo							
1.1.1.3 - De outros emissores							
Obrigações PETROMOC 2015	15 000	100		100	1 500 000	103	1 541 969
Sub-total	15 000	100		100	1 500 000		1 541 969
3 - TOTAL GERAL	15 000				1 500 000		1 541 969

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTRO RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Ano: 2019
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 4000 81 263

Anexo 2
Valores em Meticais

Ramos/Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31 /12/2018 (1)	Custos com sinistros * Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31 /12/2019 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Ramo Vida	30 917	-	30 917	-
Ramos Não Vida				
Acidentes de Trabalho	40 363 475	10 533 313	38 475 946	8 645 784
Acidentes Pessoais e Doença	42 828 329	5 111 345	15 866	(37 701 119)
Incêndio e Elementos da Natureza	7 151 962	1 761 290	2 377 096	(3 013 575)
Automóvel	39 536 275	15 290 206	573 950	(23 672 120)
Marítimo	-	-	-	-
Ferroviário	-	-	-	-
Aéreo	-	-	-	-
Transportes	790 048	-	180 980	(609 068)
Responsabilidade Civil Geral	2 363 366	4 095	326 256	(2 033 016)
Diversos	19 952 214	142 915	942 034	(18 867 265)
Total Não Vida	152 985 670	32 843 164	42 892 127	(77 250 379)
Total geral	153 016 586	32 843 164	42 923 044	(77 250 379)

* - De sinistros ocorridos no ano 2017 e anteriores

**DISCRIMINAÇÃO DOS CUSTOS COM SINISTROS**

Ano: 2019
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 4000 81 263

Anexo 3
Valores em Meticais

Ramos / Grupos de ramos	Montantes pagos (1)	Variação da provisão para sinistros (2)	Custos com sinistros (3) =(1)+(2)
Seguro directo			
Vida	250 068	-	250 068
Acidentes de Trabalho	23 215 547	(27 147 045)	(3 931 498)
Acidentes Pessoais e Doença	60 203 842	313 488	60 517 330
Incêndio e Elementos da Natureza	396 361 844	15 531 353	411 893 197
Automóvel	68 239 830	(51 094 279)	17 145 551
Marítimo	-	-	-
Ferroviário	-	-	-
Aéreo	-	-	-
Transportes	132 964	(176 556)	(43 592)
Responsabilidade Civil Geral	1 502 320	(1 200 649)	301 671
Diversos	38 733 130	(29 455 171)	9 277 959
Total	588 639 545	(93 228 859)	495 410 686
Resseguro aceite			
Total Geral	588 639 545	(93 228 859)	495 410 686

DISCRIMINAÇÃO DE ALGUNS VALORES POR RAMOS

Ano: 2019
Companhia: Moçambique, Companhia de Seguros, SA
Nº de Identificação: 4000 81 263
Ident. do resp. pela informação:

Anexo 4
Valores em Meticais

Ramos/Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro cedido
Seguro directo					
Vida	878 464	1 060 730	250 068	742 052	67 192
Acidentes de Trabalho	38 547 952	35 045 029	(3 931 498)	16 566 483	(3 862 952)
Acidentes Pessoais e Doença	106 973 791	90 286 421	60 517 330	32 896 253	(5 721 508)
Incêndio e Elementos da Natureza	110 486 596	90 137 744	411 893 197	23 801 211	(273 102 304)
Automóvel	120 490 397	94 687 668	17 145 551	69 924 680	4 317 945
Marítimo	-	-	-	-	-
Ferroviário	-	-	-	-	-
Aéreo	-	-	-	-	-
Transportes	1 378 224	914 879	(43 592)	3 342 700	(2 780 812)
Responsabilidade Civil Geral	12 811 857	9 565 744	301 671	1 081 406	11 609 030
Diversos	5 236 461	4 724 916	9 277 959	3 487 510	(9 610 401)
Total	396 803 742	326 423 131	495 410 686	151 842 295	(279 083 810)
Resseguro Aceite					
Total geral	396 803 742	326 423 131	495 410 686	151 842 295	(279 083 810)



Parecer do Conselho Fiscal



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



PARECER DO CONSELHO FISCAL

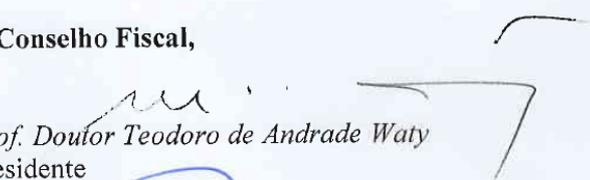
Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal apreciou o Relatório do Conselho de Administração e o Balanço e Contas, da Moçambique, Companhia de Seguros, SA, referentes ao exercício de 2019 e, como resultado da análise efectuada ao Relatório dos Auditores Independentes, é de opinião que estes documentos espelham a situação económico-financeira da Companhia, em 31 de Dezembro de 2019.

Assim, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório, Balanço, a Conta de Ganhos e Perdas e outros documentos apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Seja aprovada a proposta de aplicação do resultado do exercício; e
- c) Seja louvada a criteriosa e empenhada gestão e a dedicação e zelo dos colaboradores.

Maputo 05 de Junho de 2020

O Conselho Fiscal,


Prof. Doulor Teodoro de Andrade Waty
Presidente


Dr. Pedro André Silva de Sousa
Vogal

Dr. Cláudio João
Vogal


Cláudio João



Relatório do auditor independente



MOÇAMBIQUE
COMPANHIA DE SEGUROS



Relatório do auditor independente

Aos Accionistas da Moçambique Companhia de Seguros, S.A.

A nossa opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira da Moçambique Companhia de Seguros, S.A. (a Entidade) em 31 de Dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa no ano então findo em conformidade com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Moçambique para o sector segurador.

O que auditámos

As demonstrações financeiras da Moçambique Companhia de Seguros, S.A., apresentadas nas páginas 31 a 87, que compreendem:

- o balanço em 31 de Dezembro de 2019;
- a conta de ganhos e perdas para o ano então findo;
- a demonstração do rendimento integral para o ano então findo;
- a demonstração de fluxos de caixa para o ano então findo;
- a demonstração de variações do capital próprio para o ano então findo; e
- as notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das políticas contabilísticas significativas.

Base para a opinião

Executámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas neste relatório na secção *Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras*.

Entendemos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Independência

Somos independentes da Entidade de acordo com o Código de Ética (incluindo as normas internacionais de independência) do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e outros requisitos de independência aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique. Cumprimos com as restantes responsabilidades éticas de harmonia com o Código de Ética do IESBA e com os outros requisitos éticos aplicáveis à execução de auditorias em Moçambique.

Ênfase

Chamamos a atenção para a nota 2.1 das demonstrações financeiras, a qual refere que em 31 de Dezembro de 2019 os activos representativos das provisões técnicas estão insuficientes em 159.5 milhões de meticais. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

PricewaterhouseCoopers, Lda. - Av. Vladimir Lenine, 174, 4.º andar, Edifício Millennium Park,
Caixa Postal 796, Maputo, Moçambique
T: (+258) 21 350400, (+258) 21 307615/20, F: (+258) 21 307621/320299, E: maputo@mz.pwc.com
www.pwc.com

PricewaterhouseCoopers Lda.
Número de matrícula: 101181995 · NUIF: 400005516 · Capital Social: 58.000,00 MZN.



Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação abrange a informação incluída no Relatório e Contas 2019. A outra informação não inclui as demonstrações financeiras nem o nosso relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou outra forma de segurança sobre a mesma.

A nossa responsabilidade em conexão com a nossa auditoria às demonstrações financeiras consiste na leitura da outra informação acima identificada e, ao fazê-lo, considerar até que ponto a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, ou com o entendimento que obtivemos na auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida.

Se, com base no trabalho que efectuámos, concluirmos que existe uma distorção material na outra informação é-nos exigido que reportemos tal facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com os princípios e práticas contabilísticas geralmente aceites em Moçambique para o sector segurador e pelo controlo interno que o Conselho de Administração determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Quando prepara as demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade da Entidade prosseguir em continuidade, divulgando, conforme aplicável, os assuntos relativos à continuidade, e por usar o pressuposto da continuidade a não ser que o Conselho de Administração tencione liquidar a Entidade, ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de fiabilidade mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida em conformidade com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou agregadas, for razoavelmente expectável que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais, mantemos ceticismo profissional e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material proveniente de fraude é maior do que aquele que provém de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.



- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso do pressuposto da continuidade pelo Conselho de Administração e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Entidade continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que a Entidade descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas reproduzem as transacções e eventos subjacentes de modo a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos ao Conselho de Administração, entre outros assuntos, o plano do âmbito e calendário da auditoria, as constatações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.

PricewaterhouseCoopers, Lda.

Sociedade de Auditores Certificados 11/SAC/OCAM/2014, representada por:

Abdool Lakha

Auditor Certificado 13/CA/OCAM/2012

Maputo, 29 de Maio de 2020